



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0465/17	DATA: 10/05/2017	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 16h31min	TÉRMINO: 20h06min	PÁGINAS: 75

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais — ANASPRA.
LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS - Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF.
MAURÍCIO REZENDE GOUVEIA - Coronel e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais — CNGC.
MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO - Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais — APCF.
FLAMMARION RUIZ - Representante da Associação dos Militares Estaduais do Brasil — AMEBRASIL.
PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR - Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP.
TIAGO ARRUDA CARDOSO DA SILVA - Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais — FENAPRF.
ELIAS MILER DA SILVA - Representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais — FENEME.
JOÃO CARLOS PELISSARI - Representante da Associação dos Militares Estaduais do Brasil — AMEBRASIL.

SUMÁRIO

Debate sobre a reforma previdenciária, suas consequências e reflexos para os integrantes e os órgãos encarregados da segurança pública e persecução penal.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Esta audiência foi convocada para debatermos a reforma previdenciária, suas consequências e reflexos para os integrantes e os órgãos encarregados da segurança pública e persecução penal, em atendimento ao Requerimento nº 189, de 2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, do PDT de Minas Gerais.

Pergunto aos Srs. Deputados se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, nós pedimos a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Dispensa concedida.

A ata está aprovada sem ressalvas.

Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Subtenente Gonzaga, que é o autor do Requerimento nº 189, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Inicialmente, eu quero cumprimentar os convidados, os consultores, os Deputados e os demais presentes.

Peço desculpas pelo atraso. Eu estava no Plenário nº 12, em uma audiência pública na Comissão que trata do sistema prisional, da qual sou Relator. Está havendo Ordem do Dia, e está na pauta uma PEC de autoria do Deputado Capitão Augusto, que é Presidente da Comissão. Isso gerou um pouco de atraso. Peço desculpas.

Ainda que não tenhamos conseguido antecipar o início deste debate, nós não vamos antecipar o seu fim. Vamos fazer o debate enquanto for possível e necessário.

Informo que, devido ao grande número de palestrantes, formaremos duas Mesas de convidados. Os palestrantes terão direito a até 15 minutos para sua exposição.

Vamos atender à solicitação de dois convidados para falar na primeira Mesa.

Convidamos para tomar seus lugares: o nosso companheiro Luís Antônio de Araújo Boudens, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF; o Coronel Maurício Rezende Gouveia, da Polícia Militar do Distrito Federal, que é Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais



— CNCG; o Cabo Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais — ANASPRA; e o Sr. Marcos de Almeida Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais — APCF.

O Sr. Bruno Telles, que é Presidente da Associação Brasileira de Criminalística — ABC, informou por telefone que não poderá comparecer, por motivo de saúde.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu queria aproveitar a presença do Deputado Major Olimpio e fazer um agradecimento público.

Eu não consegui fazer parte da Comissão Especial da Reforma da Previdência. A indicação partidária do membro efetivo e do suplente recaiu sobre os Deputados André Figueiredo e Assis do Couto. Mas, sempre que me perguntavam se eu iria participar daquela Comissão, eu tinha a tranquilidade de dizer que eu e a minha classe estávamos bem representados por V.Exa., Deputado Major Olimpio, que fez uma defesa apaixonada, consciente e responsável não só da nossa classe, dos policiais militares e de militares de modo geral, mas de todos os policiais, dos trabalhadores e de toda a sociedade. V.Exa. foi um orgulho para todos nós. Em relação ao partido, o Deputado André Figueiredo também teve um posicionamento inquestionável na mesma direção. Então, Deputado Major Olimpio, eu quero deixar público esse reconhecimento ao seu trabalho e à sua representação na Comissão, que nos orgulhou muito.

Propusemos a discussão da reforma da Previdência aqui, na Comissão de Segurança Pública, porque a maioria dos integrantes desta Comissão é oriunda das forças policiais e militares ou é comprometida com a causa da segurança pública. Se um segmento deve merecer atenção do Congresso Nacional em relação à reforma da Previdência, esse segmento é o da segurança pública.

Como todos acompanharam, o relatório foi aprovado ontem. A minha posição de Presidente da Comissão neste momento não me permite fazer muitas avaliações, mas acho que aquele relatório nos agride e desconsidera as condições de trabalho, a responsabilidade e o papel dos agentes de segurança pública no Brasil. Agora, faremos um enfrentamento no Plenário, e há muito a fazer ainda. Vamos nos preparar.



Começamos nossa audiência, inicialmente, passando a palavra ao Sr. Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais — ANASPPRA.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Boa tarde a todas e a todos.

É um prazer estar novamente na Câmara dos Deputados para tratar de assuntos relacionados à segurança pública de um modo geral, especificamente na questão da Previdência.

Agradeço ao Deputado Subtenente Gonzaga por ter solicitado este debate. Saúdo S.Exa., os Parlamentares, os oficiais, os praças e o público de um modo geral.

O tema é segurança pública e Previdência, mas não há como fugir do debate sobre a reforma da Previdência, considerando um contexto macro.

A reforma da Previdência, tal qual foi apresentada no Congresso Nacional, assim como outras reformas, Deputado Subtenente Gonzaga, afeta a sociedade como um todo, afeta os direitos sociais dos brasileiros. Isso também vai trazer problemas para a área de segurança pública, direta ou indiretamente.

Temos que tratar da questão dos policiais e bombeiros militares, dos profissionais de segurança pública, mas não há como fugir do debate sobre as reformas apresentadas no Congresso Nacional pelo Presidente Michel Temer, que trazem inúmeros problemas e destroem a Nação. Elas destroem os direitos sociais da população brasileira e, por conseguinte, afetam 200 milhões de trabalhadores, e isso traz problemas para a segurança pública.

A reforma da Previdência ainda vem na lógica de colocar todo mundo no mesmo pacote, ignorando peculiaridades específicas das profissões e ignorando que policiais e bombeiros têm as suas peculiaridades, os seus problemas, a sua situação específica com relação à segurança pública e ao desempenho da sua profissão. Ela ignora professores, ignora trabalhadores rurais, ignora profissionais da saúde. Enfim, jogou tudo no mesmo pacote, partindo da premissa de que todos somos iguais e temos que ser tratados da mesma forma com relação a direitos, o que é, obviamente, absurdo. Muito absurdo!

Então, há dois erros grotescos. O primeiro é apresentar essa reforma, que retira, efetivamente, todos os direitos de todos os trabalhadores do Brasil, jogando-



os na miséria — isso é o que vai acontecer não só com a reforma da Previdência, mas também com outras reformas. O segundo é, a partir disso, colocar tudo no mesmo pacote, numa situação de igualdade, quando sabemos que as situações não são iguais. Cada situação deve ser tratada de uma forma diferente.

Quanto à questão dos profissionais de segurança pública, os números, os fatos e o dia a dia da nossa profissão dizem isso. A imprensa, maldosamente, noticia que temos privilégios — por má-fé mesmo, porque não conhece a realidade de um policial no Rio, em São Paulo, em Santa Catarina ou no Mato Grosso, não sabe o que é ficar 24 horas acordado trabalhando, em serviço, e não sabe as agruras por que passa o profissional de segurança pública, o policial civil, o policial militar, o agente prisional, visto que não convive com isso. Ela vende para a sociedade uma situação de privilégios, quando, na verdade, sabemos que não é assim.

O Governo, por sua vez, trabalha na perspectiva de retirar direitos, para pagar uma dívida que é inexistente. Hoje há vários estudos de vários órgãos, todos eles com grandes credenciais, que concluem que o déficit previdenciário é inexistente. Pode-se citar o Ministério Público, os procuradores, enfim, uma infinidade de entidades e profissionais que já disseram e comprovaram que não existe déficit na Previdência, o que existe é má aplicação do dinheiro, o que existe é a aplicação do dinheiro da Previdência em locais errados. Isso é fato.

Infelizmente, os governos no Brasil — não estou especificando o do Temer, porque outros governos fizeram reformas e retiraram direitos também —, nos últimos anos, têm servido a interesses que não são, efetivamente, os dos profissionais e da classe trabalhadora brasileira. Podemos citar banqueiros, especuladores e grandes empresários como os que têm sido servidos por esses governos.

Enquanto isso, temos a responsabilidade de dar a vida para a sociedade, de dar a vida por este Estado — muitos morrem, no dia a dia —, e somos tratados de forma indigna, desde a gênese, desde a origem, porque o desrespeito aos profissionais de segurança pública no Brasil é histórico.

Eu sempre trago um exemplo muito prático. Vou utilizar a Força Nacional como exemplo. No ano passado estivemos no Rio de Janeiro, durante as Olimpíadas, quando os profissionais de segurança pública da Força Nacional estavam sendo tratados de forma absurda, para dizer o mínimo. Pegaram policiais



de todos os Estados, levaram para o Rio de Janeiro e os jogaram nos apartamentos, dizendo-lhes: *“Agora, vocês vão prestar segurança pública”* — sem condições de trabalho, sem equipamento e sem conhecimento do terreno, no caso de muitos policiais. Não havia água nos apartamentos!

Eu pergunto: fariam isso com outros profissionais? Vamos imaginar, hipoteticamente, que tivessem que fazer um levantamento dos devedores fiscais ou devedores de impostos no Rio de Janeiro e que chamassem, para tal fim, inúmeros fiscais da Fazenda. Será que fariam isso com os fiscais da Fazenda? Será que os jogariam em apartamentos sem água, sem alimentação, sem condições? Não, não fariam isso com eles, mas o fazem com os policiais, porque, infelizmente, os policiais são desrespeitados pelo Estado brasileiro, historicamente.

Morrem 500 policiais por ano. E se fossem 500 Deputados? *(Pausa.)* O Deputado Major Olimpio que falou isso. Eu só estou perguntando, eu fiz uma provocação. E se fossem 500 Deputados, 500 Parlamentares? Mas 500 policiais é apenas um número. Viramos uma estatística.

As pensionistas dos policiais que morreram estão passando necessidades, porque, inclusive, o Congresso mudou a legislação dos pensionistas — e os Estados estão mudando. Ninguém liga! Ninguém dá bola!

Nós estamos sendo alvejados e caçados pela marginalidade! E a única coisa que os governos federais e estaduais fazem é retirar direitos ou criar projetos que nos tiram direitos. E quem está morrendo? É o praça, que, geralmente, recebe salário muito baixo e enfrenta a marginalidade sem ter condições de trabalho — sem colete, sem armamento, com colete vencido, com viatura caindo aos pedaços.

Existem projetos para a segurança pública, falaciosos, há 20 anos. Há 20 anos tentamos debater a segurança pública numa perspectiva de mudar o modelo, mas os projetos visam à retirada de direitos. Retirada de direitos para quê? Para pagar um suposto déficit previdenciário e uma suposta dívida pública — que ninguém sabe de onde saiu — e fazer bem a determinado grupo que representa 5% da população brasileira. É para isso que fazem essas reformas, e é por isso que o trabalhador brasileiro, inclusive os policiais brasileiros, sejam eles praças, oficiais, agentes da Polícia Federal ou policiais civis, estão sendo e vão ser penalizados.



Deputado Gonzaga, temos que parabenizar, sim, os Parlamentares que conseguiram apresentar emendas para tratar das peculiaridades da situação, que, obviamente, devem ser tratadas, visto que o projeto está aqui, mas o fato é que a reforma da Previdência, no seu conjunto, no seu todo, é muito grave, porque vai trazer problemas de segurança pública para nós, para nossas famílias, para nossos filhos, porque policial não é filho de chocadeira. Policial tem pai, tem mãe, tem filho. Policial vai se aposentar e está no mercado de trabalho. Então, isso afeta todo mundo.

Precisamos inclusive desconstruir este discurso de que temos que livrar só o nosso. Não, nós temos que discutir a retirada da reforma da Previdência do Congresso Nacional, porque ela afeta o conjunto da sociedade brasileira.

Nós não viemos de Marte, não somos de lá, nós temos família, nós temos amigos que vão ser penalizados, sim, pela reforma da Previdência. Temos que discutir essa questão. A sociedade tem que se organizar para, junto com os policiais, com os agentes prisionais e com a classe trabalhadora, convencer os Deputados a votarem não só contra esta reforma da Previdência como também contra todas as reformas que já foram feitas.

Foram feitas reformas aqui que vão trazer sérios problemas para a segurança pública, para a saúde, para a educação, inclusive com cortes de investimentos. Isso vai afetar a segurança pública não apenas a partir de um contexto da polícia. Segurança pública não é só polícia. Se não houver educação, vai haver problema de segurança pública; se não houver saúde, vai haver problema de segurança pública; se não houver iluminação pública, vai haver problema de segurança pública.

O Estado brasileiro não investe nessas áreas e, depois, resolve a situação como? Manda a polícia, via de regra a PM, com um escudo, para fazer o controle social. É isso que está dado.

Os nossos profissionais de segurança pública, policiais militares e bombeiros militares, têm peculiaridades, sim, e precisam ser tratados de forma diferente, assim como professores e outras categorias. É isso que tem que ser discutido.

A imprensa vende a lógica de que somos privilegiados. Querem retirar os meus direitos? Peço que me deem Fundo de Garantia, que me deem todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, todos, assim como os da CLT.



É muito fácil fazer um discurso demagógico, mentiroso. A imprensa compra esse discurso como verdade absoluta, sem nos consultar, para simplesmente jogar 600 mil profissionais de segurança pública numa situação de maior risco a que já estão submetidos, o que inclusive desestimula o trabalho do profissional.

Qual policial militar hoje vai ter efetivamente vontade de trabalhar sabendo que seus direitos estão sendo sistematicamente retirados por este Congresso Nacional, por este Governo Federal, que infelizmente governa o Brasil não para os brasileiros? É isso que está dado. O nosso debate é esse.

As peculiaridades da profissão têm que ser tratadas de forma diferenciada, sim, assim como outras, mas a lógica toda, para termos efetivamente solução para o problema, é retirar esta PEC 287 do Congresso Nacional, porque ela não é uma reforma que vai trazer benefícios para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, vai afetar também os trabalhadores da segurança pública.

Muito obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga. Tenho certeza de que outros palestrantes, inclusive os oficiais, vão trazer detalhes mais específicos e mais pontuais em relação a isso, mas o nosso recado é este: não à reforma da Previdência em seu conjunto. Se eventualmente ela vier a acontecer, o que não queremos e vamos trabalhar para que não aconteça, que minimamente sejam tratadas de forma diferenciada aquelas categorias que efetivamente precisem e mereçam ser tratadas de forma diferente, por conta das peculiaridades de suas profissões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Cabo Lotin, Presidente da Associação Nacional de Praças.

Passo a palavra ao Sr. Luís Antônio de Araújo Boudens, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF, que não arredou o pé daqui nenhum dia, na representação dos policiais federais e dos profissionais de segurança pública, em defesa da Previdência.

Com a palavra V.Sa. por até 15 minutos.

O SR. LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga, nosso amigo e parceiro nestas lutas em defesa da segurança pública. Obrigado novamente aos nossos amigos, Deputado Major Olímpio, Deputado Eduardo Bolsonaro, que estão sempre conosco.



Aos meus amigos de Mesa, Coronel Gouveia, Elisandro Lotin, Marcos Camargo, nós agradecemos esta nova oportunidade de falar para todos, porque novamente não há muita divisão em relação ao público que já nos acompanha, uma vez que tentamos a todo tempo levar esta mensagem para além desta Comissão em que estamos, para além destas paredes do Congresso, para que de certa forma o Brasil acorde de uma vez por todas para estas reformas que estão sendo propostas pelo Governo.

Desde o início, quando vimos o Governo já esboçando o envio desta proposta para o Congresso, vínhamos percebendo algumas situações que ensejavam verdadeiras teorias da conspiração. Mas hoje, com a aprovação do relatório, nós percebemos que, na verdade, não é teoria da conspiração não, está acontecendo mesmo uma grande manobra para a retirada de direitos dos brasileiros, conquistados a duras penas ao longo de vários anos. Entretanto, para a segurança pública, essas mudanças têm um significado enorme e nós temos que acordar o povo para isso, acordar inclusive os colegas. Muitos policiais ainda não acordaram para os prejuízos que estão vindo com a aprovação destas reformas.

O Governo usou uma estratégia muito interessante, mas, no caso da segurança pública, para tentar sensibilizar o brasileiro para o que está sendo proposto, o que está sendo retirado do conjunto da segurança pública talvez seja maior do que em todas as outras áreas. É impressionante o conjunto de direitos que estão sendo abalados com essa proposta. E o Governo usou uma estratégia interessante. *“Eu vou propor um pacote muito maior. Depois, vou reduzir algumas situações e vou dizer que privilegiei determinado grupo.”* É interessante esse aspecto.

Aí vem outro aspecto paralelo: diminuir a importância da segurança pública, que já vive um caos hoje no Brasil. Isso está declarado e os agentes penitenciários protagonizaram a pior parte desse reflexo que foi o abandono definitivo do Relator em relação a eles, como se o sistema penitenciário não fizesse parte da segurança pública e não merecesse atenção também diferenciada, assim como os policiais e demais trabalhadores desse setor.

Temos visto que o que o Governo tenta com este conjunto de ações um verdadeiro desmanche da segurança pública no Brasil. Ao retirar hoje as condições



de aposentadoria policial, que não tem nada de especial, apenas um reconhecimento que foi obtido a duras penas, objeto de muita luta de todos no passado, perdemos o reconhecimento da atividade policial como uma atividade diferenciada.

Mas eu acho que isto não é nem mais argumento para ser utilizado aqui, pois existem vários aspectos técnicos que podem ser colocados pelo Governo. Nós não queremos chegar ao cúmulo de pedir “*pelo amor de Deus*” para alguém do Governo ou alguém da sociedade perceber que o policial exerce uma atividade diferenciada e que isso, por si só, por defender a vida de outro e fazer juramento para defender vida e patrimônio de outros, não mereça atenção especial. Para isso, já existem elementos suficientes — eu sei que há muitos colegas que vão apresentar isso aqui — e não quero me ater a eles neste momento.

Quando o Governo diz que as mulheres policiais não precisam de um tratamento diferenciado em relação aos homens policiais, mas o resto da sociedade sim, este é um outro alerta de que a segurança pública está sendo olhada com um olhar de desprezo.

Existe um reflexo importante para o qual a nossa bancada policial aqui na Câmara não atentou ainda: independentemente de ela ter um viés governista ou de ser de uma corrente de Oposição, o que está sendo abandonado é o que os Deputados foram até chegarem aqui. Nenhum Deputado nosso pode esquecer isso, nenhum Deputado.

Estamos sendo tratados por bancada da bala, bancada do coldre, uma bancada menor para complementar e conseguir os 308 votos. Para conseguir isso, é como se nossa bancada precisasse das migalhas de diminuir a idade mínima, o que não existe hoje, não existe. O Governo está fixando uma idade mínima para todo o trabalhador brasileiro, mas para a segurança pública ele diz: “*Vou reduzir para vocês 10 anos em reconhecimento ao seu trabalho*”.

De onde tiraram essa idade de 55 anos? Nós viveremos até lá? Quantos anos de aposentadoria nós vamos ter? Como vive o nosso aposentado? E sobre a pensão nem se fala! A pensão talvez seja o maior absurdo desta reforma, ou seja, relegar ao cônjuge, que perde o parceiro em serviço, desconsiderar isso, à família ou ao dependente 10% do que seria o teto hoje, ou seja, 600 a 700 reais.



São absurdos que nós temos que dizer, Lotin, Camargo, Governo, para a sociedade. Nós temos que dizer para a sociedade que não estamos cuidando do nosso umbigo não. Não é “*farinha pouca, meu pirão primeiro*”. Nós temos que usar a segurança pública para alertar a sociedade sobre o que o Governo está pretendendo. Passou a fase de teoria da conspiração, é a execução da conspiração propriamente dita. Não existe mais teoria não. Vão acabar com o nosso aposentado. Vão acabar com o aposentando.

Hoje um rol de desesperados está ligando para os representantes a todo tempo para perguntar: “*Como vai ser meu caso? Como vai ser meu caso?*”. O Governo não se prestou nem a acionar os órgãos e os seus RHs para explicar a reforma para os nossos colegas. A obrigação é de o próprio Governo explicar a reforma. Por que cabe a nós fazer isso? Cada RH, no Brasil, deveria ter um serviço de atendimento aos nossos colegas para explicar o que está mudando na vida deles e o que vai mudar. Por que isso não está sendo feito? Porque é execução de teoria de conspiração.

A nossa bancada aqui está sendo tratada com pormenor. Ela está sendo tratada como uma complementação de voto necessário para os 308. Não caiam nisso não! Nós temos muito mais a discutir. A reforma começou errada. Dificilmente um puxadinho fica bem feito no projeto de uma casa, mas este infelizmente é mais um que o Governo está fazendo.

E nós vamos aprovar o conjunto que está sendo apresentado? Se pegarmos a Lei de Migração, as possibilidades de entrada de imigrantes no País, de forma muito mais açodada, muito mais liberal, se é que podemos usar essa palavra para assunto tão grave, se aprovarmos a terceirização, estaremos fazendo o quê? O que é a terceirização? É um desregramento do nosso trabalho. Quer dizer, a terceirização é uma regra acessória à principal, a CLT e os Estatutos. Nós votamos, primeiro, o acessório e, agora, vamos discutir o principal, a reforma trabalhista. É óbvio que alguma coisa está sendo montada.

Mas aí vem uma reforma trabalhista que possibilita o pactuado superar o legalizado. Quer dizer, o nosso Congresso confessa que hoje não consegue avaliar 100% das relações trabalhistas no Brasil, tanto que nós temos que relegar aos empresários, aos donos, aos patrões o poder de barganha, de negociação. Olhem



que absurdo! Nós temos 513 Deputados para rodar o Brasil e consultar os trabalhadores sobre qual é a necessidade hoje de termos um regramento justo, completo, humano. *“Ah, não. Vamos deixar o pactuado que é melhor. Se fizer frio, vamos tratar de um jeito. Se for no Nordeste, de outro. Se for no Sul, de outro. Se for minerador, de outro. Se for operário, de outro”.*

O Congresso aceita esse tipo de confissão tácita, mas não deveria aceitar. Os nossos Parlamentares da área de segurança pública não deveriam aceitar. Não é o caso de ficar contra a reforma, se forem governistas, mas de dar porrada em tudo aquilo que está significando de pior para o Brasil, não só para os trabalhadores da segurança pública. É lógico que temos que fazer reforma! Isso é óbvio. Duvido que alguém aqui discorde disso, mas a reforma já começou errada. Se não recomeçar a discussão, nós vamos enfiar a nossa segurança pública no lixo, se é que ela já não está, e vai ser difícil resgatá-la. Depois que o País der a mensagem para o seu povo de que não cuida da segurança pública, a criminalidade passará a dominar, como já está dominando em várias áreas.

Ontem, nós vimos uma cena engraçada. Durante um temporal, numa enchente, os vagabundos subiam as casas para roubarem botijão de gás pela facilidade em boiar. É uma cena absurda. Imaginem a polícia tentando combater esse tipo de crime? Não vai combater, ainda mais desmotivada com este tipo de atitude que o Governo propõe publicamente, sem ter a menor vergonha, de abandonar a pensionista de um policial, sem ter a menor vergonha de estabelecer uma idade mínima, sem ao menos apresentar um estudo sobre expectativa de vida do policial, sobre quantidade de estresse que o policial acumula durante sua vida profissional. Mas o brasileiro aceita isso.

Ontem eu vi um velhinho dizer: *“Eu apoio a reforma porque os meus netos e os meus filhos vão ter que se aposentar. Eu tenho que garantir a minha”.* Isso é uma mentira sem cabimento! Estão gastando dinheiro nosso para mostrar para o nosso povo que eles estão certos. Nós não podemos deixar esse absurdo acontecer. Por mais que nós tenhamos bons olhos para a reforma, não podemos deixar isso acontecer. A mentira contada para o brasileiro deve ser combatida. E, com o nosso dinheiro, deve ser combatida ainda mais.



Querem ver outro exemplo de mentira? Foi anunciado o rombo na Previdência para o próximo ano de quase 270 bilhões de reais. Ninguém parou para pensar por que a DRU vem aumentando de 20% para 30% de um dinheiro que já é deficitário? Para se prever o aumento de uma retirada, através de uma desvinculação, é preciso provar que pelo menos existe o dinheiro. Se você declara que há um rombo, para que aumentar de 20% para 30% o saque de um dinheiro que já é deficitário?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Isso com a ajuda do Deputado Darcísio Perondi, que é o Líder do Governo. E ele havia relatado para 36%. Nós diminuímos para 30%.

O SR. LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS - Exatamente. Nós não conseguimos ainda, Deputado Gonzaga, demais colegas, levar esta mensagem ao público brasileiro. Não estou falando ainda da agenda que o Sr. Marcelo Caetano cumpriu antes de lançar a reforma. Aquilo ali, por si só, já deveria parar a reforma. Antes de receber os policiais em novembro, ele abriu uma agenda, com toda a formalidade, com toda a boa vontade aparente possível. No entanto, ao olharmos a agenda cumprida por ele, pensamos: "*Rapaz, a gente faz papel de bobo*". Eles não vão revelar a realidade desta reforma. Foram mais de cinco representantes de fundos, inclusive de bancos internacionais.

Isso está na cara! Olhem o contexto: terceirização, Lei de Migração, que abre as portas do Brasil, participação de ONGs na discussão dos processos de migração, ONGs bancadas pela União Europeia, que está com sérios problemas de migração. O que está acontecendo? Nós vamos, logo, logo, receber imigrantes dos países que estão em conflito, no Oriente Médio, com uma legislação trabalhista facilitada, com uma terceirização vergonhosa e só faltava o Governo dar o que para ter investimentos da União Europeia? Demonstrar que a Previdência está pronta para não ser arrombada no futuro, não por nós que estamos agora, pelos próximos que estão chegando, com a Lei de Migração totalmente branda, facilitada para esse acesso.

Meus amigos, isso é uma conspiração já em plena execução nas nossas caras, convencendo Deputados que atuam conosco e sabem que isso pode acontecer. Nós não podemos permitir que isso aconteça.



A segurança pública está sendo o alvo mais fragilizado dessa história, porque os números já nos afetam. No ano passado 500 policiais foram mortos, percentual que não existem em nenhuma outra carreira. Nós temos um estresse acumulado em nossas profissões. Estamos levando ao conhecimento do público várias pesquisas. E levaremos agora a mais recente, que é a da Fundação Getúlio Vargas, que traz uma tábua de vidro interessantíssima dos policiais federais, rodoviários federais e policiais civis do Distrito Federal, com dados importantíssimos sobre o acúmulo de estresse, sobre a saúde do servidor. São dados alarmantes que se não servirem para um convencimento aqui ou um redesenho dessa reforma em relação à segurança pública, eu acho que não tem mais saída para nós. Haverá manifestação em todo o Brasil, para parar o País, para tentar convencer esta Casa de que essa reforma não tem nem remendo que a salve, se nós não retomarmos essa discussão desde o início, se nós não humanizarmos essa discussão desde a sua composição inicial.

Vou finalizar, Deputado. Nós temos conversado com técnicos da Casa Civil que claramente não têm a compreensão nem o comando para compreender o que estamos dizendo para eles sobre regras de transição, direito da mulher, principalmente da mulher policial, sobre as pensões e sobre a necessidade de termos a integralidade ao final da nossa carreira.

Eles estão tentando transformar nossa aposentadoria num auxílio. Nós não podemos deixar isso acontecer. Aposentadoria é um direito que se adquire ao longo de uma profissão para que seja garantida a sua sobrevivência depois que você sai. O que eles estão nos dando é um auxílio, é muito menor do que nós temos, e, para as pensionistas, menor ainda. Não podemos deixar que isso aconteça.

Portanto, meu convite a todos os senhores, depois daqui e daqui para frente, é que no plenário nós façamos de tudo para essa proposta sequer ser votada e aprovada, caso seja colocada em votação.

Nós não podemos correr esse risco, tentando fazer remendos. É preciso fazer o que estamos fazendo hoje: promover mesas de discussão e convencer o Governo de que os contornos que foram delimitados até agora para essa reforma não serviram para convencer ninguém na sociedade e muito menos na segurança pública. Tem que ser refeita essa discussão. Estamos dispostos a refazê-la, temos



condição para fazê-la e, se o Governo acenar nesse sentido, nós vamos dar o nosso apoio com todas as nossas forças.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Boudens.

Eu quero aqui confessar a minha irresponsabilidade até porque no meu requerimento também não coloquei os agentes penitenciários. Acho que os agentes penitenciários deram a demonstração aqui esses dias do desprezo de todos nós, inclusive o meu aqui, na medida em que não os incluí no requerimento.

Quem sabe ao final desta audiência já tenhamos produzido uma estratégia de ação daqui para frente, mas acho que um dos nossos compromissos é dar atenção aos agentes que estão nessa situação.

Concedo a palavra ao Coronel Maurício Rezende Gouveia, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais — CNCG, representando o Coronel Nunes, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, por até 15 minutos.

O SR. MAURÍCIO REZENDE GOUVEIA - Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos, boa tarde, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Major Olimpio.

Essa discussão é realmente uma discussão muito longa, que não pode parar neste momento.

Como representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais e sabedor da situação de todas as polícias militares e corpos de bombeiros do Brasil, traz-nos muita preocupação encerrar uma discussão como esta para as outras carreiras.

Num primeiro momento, parece confortável a situação que estamos vivendo entre ser os militares estaduais, mas não é. Não é porque a nossa proposta ainda vai vir, e ela não precisa vir em forma de PEC. Portanto, é muito mais fácil até de passar. Essa é uma preocupação que temos.

Vendo os palestrantes indo ao encontro do Lotin e do Boudens, afirmo que a carreira policial, a carreira em segurança pública é muito complicada de ser aplicada na sociedade. Quando pensamos na entrada dessas pessoas da sociedade que vêm para as nossas fileiras da Polícia Militar ou de outra polícia que seja, temos que lembrar o que elas pretendem com isso, quais são os anseios delas.



Eu havia feito todo um trabalho para falar juridicamente sobre o caráter desta reforma, do por que não entrar agora, para debater justamente essa impressão que o Governo está passando, de que somos uma categoria especial e de que estamos tendo tratamento especial, não existe essa ideia de tratamento especial. Mas eu vou para outro lado, para o lado mais prático.

A necessidade dessa revisão está clara, conforme o preceito constitucional, para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Está cristalino na Constituição que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro Militar não fazem parte de uma categoria que hoje está envolvida dentro da Previdência, num primeiro momento.

Costumamos dizer, como dizem nossos coirmãos das Forças Armadas, que o nosso regime é um regime de proteção social.

Bom, nós temos duas situações que acho importantíssimo colocar aqui para a Mesa. Primeira, a manutenção do tempo que nós prestamos o serviço; segunda, a manutenção da paridade e a integralidade dos vencimentos. Por quê? Senhores, eu preciso passar-lhes a real situação— tenho dados de alguns Estados. O que acontece, Presidente? Hoje, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, grande parte das pessoas — todos estão caminhando para isso — são formadas, possuem nível superior. Elas entram na Polícia Militar por volta de 28 anos de idade. Vamos calcular 30 anos de serviço, como é hoje. Ela vai sair do seu serviço aos 58 anos de idade, não é verdade?

Para que os senhores entendam a situação, nós fizemos uma prévia do levantamento no DF — não vou chamar de estudo — sobre enfermidades. A média de enfermidades que tiram a capacidade de trabalhar do policial militar, com 53 anos de idade, é muito elevada. Dá algo em torno de 40%, uma taxa muito alta.

Também temos aqui um estudo feito no Estado de São Paulo — estou defendendo isso aos 30 anos de serviço, ou seja, entendam que o policial militar vai ter 58 anos — que diz que o policial militar e o bombeiro militar têm elevado nível de estresse. Segundo a revista *Forbes*, essas profissões estão no *ranking* de 2016 como uma das mais estressantes do mundo.

Nós temos relatos até do Corpo de Bombeiros de que, por causa daquela sirene que é acionada para que se vá fazer um atendimento, muitos bombeiros têm problema cardíaco. Isso é resultado de ficar a vida inteira, por 30 anos, escutando



uma sirene. O bombeiro tem que pular, sair correndo, se pendurar, como nós vemos em filme americano. O cara se pendura no mastro, desce e sai correndo para combater um incêndio, vai ali salvar vidas, colocando a sua própria vida em risco.

Agora, imaginemos o policial militar. Ele está na viatura fazendo o seu patrulhamento quando passa alguém na sua frente e diz: “Olha, tiroteio ali”. Ele tem que ter condição mental e física para fazer o seu trabalho. Eu não aceito e não posso aceitar uma segurança pública em que o profissional tenha um problema no joelho, nas costas, na lombar de qualquer forma, no pé ou que tenha alguma deficiência mental, para fazer um atendimento.

Ora bolas, eu vou ler aqui o que a Polícia Militar de São Paulo escreveu: *“(...)altíssimo risco de morbimortalidade decorrente do estilo de vida profissional. Em relação à população paulista, em geral, soldados da PMESP morreram 2,2 vezes mais de doença do aparelho circulatório; 3,4 vezes do aparelho digestivo; 2 vezes mais de câncer; 4,2 vezes mais de doenças cerebrovasculares e hepáticas. O risco de morte da PM São Paulo, quando comparado com a população paulista, é de 50% maior nos casos de doenças cardiovasculares e 3 vezes maior nos casos de doenças infectocontagiosas. Altíssimo risco de morte violenta. A taxa de mortalidade violenta de policiais militares foi de 43,79 por 100 mil habitantes, em 2015, contra 8,73 na população paulista”.*

Vou citar uma coisa que é só para complementar aqui: alguém já viu alguma seguradora oferecer seguro de vida para policial? Esse não é um bom negócio. Você pode até querer fazer, mas você não tem. Simplesmente não tem. Você não consegue fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Só para renovar o cheque especial.

O SR. MAURÍCIO REZENDE GOUVEIA - Ah, mas aí ligam todo o dia, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Para pegar empréstimo...

O SR. MAURÍCIO REZENDE GOUVEIA - Para pegar empréstimo, é todo o dia.



Mas vamos lá. Disponibilidade permanente e regime de dedicação exclusiva. Senhores, sabem o que isso significa? Significa que você está na sua casa, mas tem que estar em condições de trabalhar. Eu tenho um colega de turma que foi reformado. Ele foi comandante de duas unidades em Brasília por muito tempo e, quando o telefone celular dele tocava, ele tinha um treco. Por quê? Porque não tinha folga. E ninguém liga para agradecer pelo policiamento.

Entendam, e nós temos que compreender isso, por quê? Porque a população está buscando refúgio, a população está buscando viver mesmo com essa mazela. E quem vai salvá-los dessa mazela? O CNCG deixa claro para todos que nós não somos a favor de uma paralisação da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros. Mas lembro que o Espírito Santo parou recentemente, e os senhores notaram o que virou a cidade.

Os senhores querem uma população atendida por policial que não consegue correr, que tenha problema psicológico? Sabem qual é a gama de policiais militares que têm problema de ansiedade dentro do nosso contexto? Senhores, são mais de 50% — aqueles que conseguimos constatar, que procuram auxílio médico.

É muito difícil um profissional acima dos 50 anos de idade conseguir ter disposição física, tanto é que na nossa entrada para a polícia e para o Corpo de Bombeiros, Presidente, nós temos que fazer um Teste de Aptidão Física — TAF. Quantos não passam? Quantos brasileiros, com 18, 20 anos — agora a média vai passar para 28 anos —, não conseguem fazer uma barra, não conseguem correr, não conseguem fazer um abdominal? Então, nós já temos esse preceito para a entrada. E o mesmo serviço que o cara faz quando entra, com seus 26, 28 anos, ele vai ter que prestar com os seus 50 anos. Entendam essa situação. É extremamente importante que nós vejamos esse quadro.

A nossa capacidade física e mental é testada a todo o momento. Nós temos representantes aqui do Ministério Público, enfim. O que nós vemos? O Policial Militar que não tem uma boa sanidade vai ser um problema para a sociedade, não é verdade? E o estresse que eu tenho por conta de ter uma família que é colocada em risco? Os senhores já contaram com essa possibilidade? O fato de sermos policiais já coloca em risco a nossa família.



Parece piada, mas pergunto se algum dos senhores policiais militares, quando jovem, quando estava lá namorando, já recebeu um fora porque era policial? Acontece. *“Você é policial? Eu não quero sair com você. Você é até uma boa pessoa, você tem uma boa formação, mas eu não vou sair com você, você é policial.”* Acredito eu que isso aconteça por dois motivos, não é, Deputado, pelo salário e pelo risco.

E, falando em salário, eu vou lembrar aos senhores o seguinte: se o policial militar ou o bombeiro militar entrasse para a Previdência com o teto, que é 5 mil e alguma coisa, ele estaria feliz. Mas não foi esse o cálculo proposto. Nós não pegamos esse teto. É bem menos, porque, durante toda a vida do policial militar, ele ganha bem menos. Nós não temos o ápice da carreira, em que ganhamos o teto — como algumas carreiras têm, e acredito que seja o acertado —, com 12 anos, 13 anos de serviço. Em alguns casos, com 10 anos de serviço, o cara já está ganhando o teto. Nós não temos isso. Eu tenho 27 anos de serviço e só agora eu cheguei ao teto. Entendam também essa situação.

Quanto à situação da paridade, eu vou falar aqui uma verdade, eu preciso falar essa verdade. Não vou citar dados técnicos, estou chamando os senhores para a nossa realidade. Quanto à necessidade de ter paridade e integralidade com quem está na ativa, isso em questão salarial, eu volto à pergunta inicial: por que alguém da sociedade hoje entra para a Polícia Militar ou para o Corpo de Bombeiros Militar? Sabem por quê? Porque ele vai conseguir se aposentar com a média de salário de quando ele estava na ativa, e eu digo média, porque o cara sempre perde. Ele perde auxílio-fardamento, auxílio-alimentação, ele perde o voluntário. O Governo criou um gatilho que se chama voluntário. É o seguinte: o policial tem uma escala de 12 por 36, mas, se ele quiser, pode trabalhar mais 8 horas, Deputado Major Olimpio. É só colocar o nome dele em uma escala. Ele não precisa tirar folga. Ele trabalha mais 8 horas, para comer aquele período das 36 horas E, para isso, ele ganha 200 reais, tributados pelo Imposto de Renda. Não chegam 200 reais às mãos dele, não, para trabalhar mais aquelas 8 horas. Ele acaba ficando refém disso, que vira o salário dele também.

Então, não existe a possibilidade de se falar em uma questão previdenciária diferente da realidade da nossa Constituição. Nós não somos estatutários, não



somos celetistas, está na Constituição. O que atrai a sociedade hoje para a Polícia Militar, além de vontade, porque eu entrei para a Polícia Militar com a vontade de ser Policial Militar, e sou muito realizado com isso, mas a única garantia que eu tenho, que não é a de um bom salário — ou alguém aqui vai dizer o contrário? —, é que, quando eu estiver não apto para o serviço, quando eu perder a minha aptidão para o serviço, eu poderei ganhar um salário igual ao de quem está trabalhando na ativa. E não é igual, não é isso, Coronel Aboud? Não é igual daquele que está na reserva e que trabalhou muitos anos.

Portanto, existe toda uma situação. Quando dizem que nós estamos tendo privilégios, não é verdade. A verdade é que não criaram um plano de carreira decente, e, por isso, nós dependemos da paridade e integralidade como forma de absorção de pessoas na Polícia e nos Corpos de Bombeiros. O policial sofre mais mazelas físicas e mentais do que o restante da sociedade.

Por todos esses fatos e apesar de amarmos aquilo que nós fazemos, nada mais justo do que quisermos manter esse *status*, quando vem alguma coisa para tentar mexer conosco. É uma coisa que me chama muita atenção.

Senhores, a guerra não acaba aqui, a guerra não acaba aqui para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, porque vai passar uma legislação federal. E como vai ficar nos Estados depois? Nós ainda temos o problema da má gestão do Estado e do cara querendo computar isso como um problema no pagamento dos policiais militares e bombeiros. Isso é um absurdo! Isso não pode acontecer!

Eu peço aos Srs. Parlamentares que fiquem muito atentos com relação a isso, porque, se a legislação for aberta, os Estados, através dos Governadores que não fazem uma boa gestão do seu dinheiro, vão cobrar dos policiais militares e dos bombeiros militares essa fatura. Essa questão é importantíssima.

Bom, eu encerro a minha fala. Não fui técnico, fiz até um trabalhinho de 18 páginas, mas preferi ser mais didático, mais amplo, para que nós entendamos a situação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Agradecemos ao Coronel Gouveia, que aqui falou pelo Conselho Nacional de Comandantes-Gerais



das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, representando também o Coronel Nunes, Comandante da Polícia Militar de Brasília.

Passamos a palavra ao Sr. Marcos de Almeida Camargo, Presidente da Associação dos Peritos Criminais Federais, que dispõe também de até 15 minutos.

O SR. MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO - Deputado Subtenente Gonzaga, quero agradecer a oportunidade, lembrar que V.Exa. é um parceiro de longas lutas em prol da segurança pública e, por meio de V.Exa., cumprimentar os nossos colegas de Mesa, os nossos colegas de plateia, os Parlamentares presentes.

Eu peço licença para também falar brevemente da reforma da Previdência. Como disse o Cabo Lotin, não dá para dissociar esse tema de segurança pública da reforma como um todo. Eu acho que é necessário nós abordarmos também a reforma da Previdência. Meus colegas que me antecederam já falaram bastante bem sobre o assunto e sobre as questões de segurança pública, mas eu gostaria de tocar em alguns pontos dessa reforma que é importante termos em mente.

Pegando um pouco do que o Boudens disse no início, essa reforma começou errada. Já dizia milênios atrás o filósofo Aristóteles a célebre frase erro mínimo no começo, máximo no final. O que vai acontecer com essa reforma é uma catástrofe, se ela assim continuar. Isso já vem de longa data. É necessário que desmintamos e mostremos algumas coisas que têm sido colocadas de forma equivocada. Infelizmente, a grande mídia não tem tido o devido cuidado com o caso, como já disse o Cabo Lotin. Precisamos desnudar um pouco aquilo que não tem sido passado com a devida transparência. É preciso colocar um pouco o dedo na ferida sobre o que está por trás dessa reforma, qual é o grande objetivo dessa reforma.

Nós ouvimos esse discurso já há meses e meses — na verdade, há anos, porque ele vem e volta há décadas e mais décadas —, e infelizmente ele não acabará aqui. É possível que tenhamos agora uma reforma e daqui a 20 anos alguém lance a necessidade de uma nova reforma, porque o objetivo não é resolver previdência, porque previdência não precisa ser resolvida. Previdência é solução, não é problema. O problema do Brasil é econômico, não é previdenciário. Então, é necessário que coloquemos algumas coisas.

Diz-se muito que a Previdência está deficitária, que há rombo na Previdência, etc. Não é preciso nenhum exercício de mágica matemática para construir qualquer



tabela. Na perícia criminal federal nós temos 18 áreas de atuação, e uma delas é a de ciências econômicas. Nós temos aí colegas que dispõem desse trabalho.

Se a contribuição for feita da forma devida, como o é a da parte dos servidores, como o é a da parte dos empregados, e considerando a legislação, a parte patronal ou da União, a uma taxa real de 5,5% ao ano, numa contribuição de 30 anos, é mais do que provado que a Previdência se sustenta tranquilamente. E, se se considerar que o aposentado a continua pagando, isso gera um excedente financeiro que é excelente para o País, aumenta o PIB. Onde há problema na Previdência?

Se houver problema na Previdência, se alguém mostrar déficit real na Previdência, nós temos algumas possibilidades: ou há alguma inadimplência, alguém que deveria pagar não está pagando, seja o Governo, sejam as empresas... Eu não estou trazendo nenhuma novidade, nós temos aqui reportagens que mostram que os devedores da Previdência hoje têm uma dívida em torno de 426 bilhões de reais, sendo que o déficit, o déficit apontado, dizem que é o déficit, é de 149 bilhões de reais. Ou seja, há um déficit que é inferior à inadimplência, à dívida. De cara, você já tem uma primeira solução para o problema, que é cobrar de quem não paga. Então, há algum problema nesse contexto.

Obviamente, existem questões que envolvem a parte de corrupção, como saques e desonerações para pagamento de outras rubricas, por assim dizer, que não são aquelas destinadas à Previdência. É óbvio que, se realmente isso está acontecendo de forma irregular, se o Governo realmente não consegue cobrar dívida ou não quer cobrar a dívida — vemos todos os dias isenções que são dadas, dívidas que são perdoadas —, fica claro que não há esse déficit tão propagado pelos diversos meios.

Diante disso, por que se quer reformar? É importante colocarmos isso, porque infelizmente chega uma hora em que ficamos angustiados de tanto discutir esse assunto. Vemos o tempo inteiro discussão de reforma da Previdência e ninguém diz exatamente o que está acontecendo. Propaga-se uma mentira do déficit e isso lamentavelmente acaba sendo absorvido por uma população que às vezes não tem o devido acesso a informações corretas.



Qual é o objetivo de se reformar? Existem vários, mas vamos dizer aqui que o principal objetivo pontualmente dessa reforma seja “economizar” — entre aspas. Mas economizar de que forma? Economizar à custa dos direitos constitucionais dos trabalhadores. Querem fazer caixa cortando direito de trabalhador para quê? Para gerar o caixa para pagar dívida, como eu disse. O Governo gasta 560 bilhões de reais para pagamento de dívida e 440 bilhões de reais para a Previdência. Ele gasta muito mais com o pagamento da rolagem da dívida.

Portanto, o problema, como disse, não é previdenciário. O problema é de política econômica. Adotou-se uma política econômica decorrente dessa política monetarista, com uma taxa de juros tresloucada. Só a Argentina e a Venezuela ganham do Brasil, para ficar em nossos vizinhos sul-americanos.

Recentemente, por causa de uma crise, infelizmente, o Brasil não quis investir devidamente em tecnologia, em desenvolvimento industrial. Tudo o que nós temos aqui acaba tendo que vir de fora. Nós não temos tecnologia, não se foi para esse caminho, não se foi para esse lado. Ficamos dependendo de preços de *commodities*. Quando veio a crise, o que aconteceu? Houve um forte impacto na economia e o Brasil adotou uma política monetarista, como ocorreu no Plano Real, mas em outras circunstâncias: elevou-se a taxa de juros, elevou-se o custo da dívida pública e agora há esse compromisso de fazer a rolagem da dívida pública.

Se conversarmos com qualquer economista, veremos que há diversas outras soluções. Por que o Governo não renegocia a taxa de juros? Por que o Governo não investe em desenvolvimento? Obviamente a corrupção atrapalha fortemente tudo isso. Poderia ser feita uma reforma tributária que, por exemplo, trouxesse mais importações, já que o problema do Brasil não é demanda. O problema do Brasil é oferta. Nós não temos oferta. Se você traz oferta, você controla também a inflação.

Enfim, existem milhares de outras formas de se revolver o problema de dívida, só para ficar nesse ponto, que não precisariam de um caixa extra. Comodamente, retira-se da Previdência, com a mentira de que ela está deficitária, colocando o trabalhador, no nosso caso, o servidor público, como o bode expiatório, o culpado de tudo, o responsável, o marajá, aquele que tem privilégios, os quais precisamos cassar, mas não se fala a verdade, qual realmente é o objetivo disso tudo.



O nosso problema aqui é claramente um problema de política econômica. Que seja então! Que o Governo tenha a política econômica que “melhor lhe convier” — entre aspas —, mas que seja honesto, diga o que está acontecendo e trate o tema com amplo debate. Como disse o Boudens, ninguém sabe o que está acontecendo. Os nossos colegas não sabem o que está acontecendo. Nós só recebemos a única informação de que há um déficit.

Acho importante pontuarmos esses assuntos que passam batidos, até para não se dizer que não damos soluções ao problema, que só pedimos e pedimos e não temos propostas. Temos propostas. Não sou economista e não estou dando lição de economia, mas acho que essas são coisas que deveriam ser, no mínimo, mais bem discutidas. Não deveriam simplesmente jogar essa questão.

Diante disso tudo, o que se quer da Previdência? O que se quer da Previdência hoje é simplesmente fazer caixa. Para fazer caixa, cortam-se benefícios, torna-se a Previdência pouco atrativa. É claro que uma Previdência pouco atrativa obrigará todo mundo a sair da Previdência. Como lá no passado, em outros assuntos, se fez com a saúde pública e se fez com a educação pública básica, todo mundo sai da Previdência, ninguém mais contribui. Aí, sim, nós vamos quebrar a Previdência. E quebre-se a Previdência, porque o interesse não é que exista previdência pública! O que se quer é que se tenha uma previdência privada, porque existem também outros interesses em se ter uma previdência privada, por exemplo, interesses de bancos.

É importante termos a consciência de que, embora sejam obviamente importantes, uma nação não se faz só com banco e empresa. Uma nação se faz também com trabalhador, porque trabalhador gera riqueza para o País. Infelizmente nós temos hoje um governo que ignora a parte do trabalhador e vai só para a questão desse déficit da Previdência. O.k.?

Muito bem, qual é o grande problema que nós enfrentaremos na segurança pública, já trazendo para a nossa questão? Na segurança pública, como já foi bem colocado aqui, ninguém quer privilégio, ninguém quer nada disso, não. Nós precisamos apenas que sejam reconhecidas as particularidades e peculiaridades da nossa profissão. Nós precisamos é de respeito.



Como bem disse o Cabo Lotin, não se respeita a segurança pública, não se respeitam as forças policiais. O que nós queremos é que os desiguais sejam tratados de forma desigual, e não que sejam igualados os desiguais, como a reforma, pelo menos em seus textos, tem demonstrado. É preciso que se reconheça que há uma atividade de risco. O policial tem uma carga de estresse violenta. Há elevados índices de suicídio de policiais.

Eu represento os peritos criminais federais, uma das carreiras da Polícia Federal. Nós temos inúmeros problemas relacionados a locais de crime, enfrentamento de narcotráfico, locais de extremo risco ambiental, não só em termos de insalubridade, mas também de enfrentamento, análise de explosivos. Não preciso lembrar: em 2009 três peritos foram mortos numa detonação, porque também nos compete desarmar explosivos. Isso não é risco? Acho que isso está muito claro.

Se pegarmos os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, fica mais clara ainda a questão do risco. No Brasil morrem 113% a mais de policiais do que nos Estados Unidos, segundo os dados de 2009 a 2015; 64,8% dos policiais não usam transporte público, não porque não o querem usar, e sim porque têm medo mesmo de ser reconhecidos, o que mostra que o risco não se dá só por se estar no desempenho da função, mas também por se estar na função; 44,3% escondem que são policiais; 64% da população brasileira acredita que o policial é caçado pelos criminosos, quer dizer, a própria população reconhece isso, e infelizmente o Governo não está querendo reconhecer; e, pior, 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinados.

Infelizmente nós não estamos na Noruega, não estamos na Suécia. Nós lutamos para que um dia o Brasil chegue aos patamares desses países. O fato de 76% da população ter medo de ser assassinada mostra exatamente o nível de risco, a gravidade dos problemas que sociedade enfrenta. E o Governo quer, com uma proposta de reforma da Previdência, com objetivos que não são, a meu ver, nada dignos ou talvez nem republicanos, justamente retirar direitos que temos para exercer as nossas funções.

Diante disso tudo, é inacreditável e inadmissível que o Governo simplesmente chegue a uma proposta que retira direitos de pensão. Como é que se pode ter, diante disso tudo, uma pensão reduzida a 10% por dependente? Como trabalhar



desse jeito? Qual é a segurança emocional que um policial tem para ir à rua fazer o seu serviço? E sua simples condição de policial coloca indiretamente, para não dizer diretamente, por outras razões, a sua própria família em risco. Isso é inadmissível!

Paridade e integralidade não são privilégios, não. Como já foi bem colocado aqui, isso é estímulo para entrada na profissão, justamente em função desse intenso desgaste físico e mental. Idade mínima e 25 anos de contribuição policial, agora que isso foi colocado. Coloca-se a idade mínima é 55 anos. Ninguém vai se aposentar com 55 anos. Essa é a idade mínima. Se somarmos todos os outros requisitos, na prática todos vão se aposentar com mais de 60 anos, se é que vão se aposentar, porque muitos que perderão a integralidade e a paridade não vão poder se aposentar. Como é que vão sobreviver com um auxílio em vez de uma aposentadoria?

Isso é inadmissível, vai simplesmente acabar com a segurança pública. Ninguém mais vai querer ser policial. Não há mais nenhuma razão, a não ser a nossa emoção e a nossa vontade de ser policial. Fora isso, não se vai ter mais nenhum estímulo. Nós vamos ter uma extensão do tempo de aposentadoria. Não haverá aposentadoria. A PEC do teto dos gastos públicos, que foi aprovada, não permitirá novos concursos. Isso vai envelhecer a polícia. Haverá uma polícia sem higidez física e mental para combater uma criminalidade que se rejuvenesce, que está renovada, que está no Brasil. Infelizmente nós não somos a Suécia. Isso, obviamente, vai gerar insegurança. Insegurança gera baixo investimento, insegurança gera menos aporte. Nós vamos voltar para a crise financeira de que falei no começo, não vamos resolver nada e, daqui a 10 anos, vamos ter que fazer outra reforma da Previdência.

Para encerrar, não me esta outra frase a dizer, tenho que parafrasear Renato Russo: que país é este? Que país é este, que corre o risco de aprovar uma reforma como essa? Não há outra definição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Muito obrigado, Marcos Camargo, perito criminal federal, que aqui representa a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.



Não vamos passar às considerações finais. Peço aos nossos convidados que ocupem as cadeiras mais à frente, para depois fazermos um encerramento com todos. Também há dois Deputados extremamente atentos que, naturalmente, vão participar deste debate.

Agradeço a todos.

Vamos chamar os nossos próximos convidados.

Convido o Coronel Flammarion Ruiz, representante da Associação dos Militares Estaduais do Brasil — AMEBRASIL.

Convido também o Sr. Paulo Penteado Teixeira Júnior, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP.

Convido o Sr. Tiago Arruda Cardoso da Silva, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais — FENAPRF.

Convido ainda o Coronel Miler, integrante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais — FENEME, que aqui representa o seu Presidente, o Coronel Marlon Jorge Teza.

Foi convidado o Sargento Leonel Lucas, Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares — ANERMB, mas ele não compareceu. Até o presente momento não houve justificativa de sua ausência junto à Comissão.

Vou passar a palavra ao Coronel Flammarion Ruiz, representante do Presidente da Associação dos Militares Estaduais do Brasil — AMEBRASIL.

Antes, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Coronel Abud, que nos deu a satisfação dessa caminhada juntos há um bom tempo, e o Coronel Pelissari, que está aqui também, veio de São Paulo exatamente para participar desta audiência pública.

Tem a palavra o Coronel Flammarion, que dispõe de 15 minutos.

O SR. FLAMMARION RUIZ - Boa tarde a todos.

Presidente da Mesa, Deputado Gonzaga; Srs. Deputados, Deputado Major Olimpio, é com grande satisfação que viemos nos manifestar aqui em nome da Associação dos Militares Estaduais do Brasil.



Quero chamar a atenção para algumas considerações a respeito do momento especial que vivemos aqui por causa da PEC da Previdência. Nós vamos fazer algumas referências a ela, de modo que possamos contribuir, ainda que minimamente, dada a velocidade que a Câmara dos Deputados e, de certo modo, o Congresso Nacional têm estabelecido, para que se consiga avançar naquilo que entendemos que de fato deva ser avançado em um sistema de previdência de um país.

É evidente que a Previdência, naquilo que nós conhecemos como fundamental no Brasil, ganhou um *status* significativo quando da edição da Constituição de 1988, que envolve ou compromete a situação referente não só à Previdência propriamente dita, mas também à assistência social e à assistência médica.

Portanto, com o que nós entendemos como previdência no Brasil, esse nome teria que ser considerado de outra forma. Assim é nos países desenvolvidos, assim é nos países de Primeiro Mundo, assim é para aquelas sociedades que são mais felizes do que a nossa.

Acontece que, desde 1988, quando da adoção do sistema que nós temos no Brasil, é bem verdade que o Governo, de modo geral, tem respondido de maneira ingrata àquilo que de fato significa a galinha dos ovos de ouro de qualquer sociedade, que é o cidadão que produz.

Nós temos aqui de fazer uma referência a isso antes de falarmos de uma situação especial pela qual se digladia no Congresso Nacional a fim de se garantir aos funcionários do Estado responsáveis pela segurança pública o mínimo de dignidade para que eles possam desempenhar a atividade de risco que desempenham num Brasil conturbado, que nós bem conhecemos.

Enfrentamos no Brasil situações que são absolutamente inaceitáveis para qualquer país em estado de paz. Ocorrem aqui por volta de 60 mil homicídios ao ano. Só com referência ao ano que passou, 48 mil mortes decorreram de acidentes de trânsito. Então, mais de 100 mil brasileiros anualmente enveredam para uma situação crítica. Digo isso sem considerar, em relação a acidentes de trânsito, aquilo que nós entendemos que é mais crítico ainda, pela falta de ação por parte do Governo, que é exatamente a questão dos paraplégicos, tetraplégicos e outros mais



que perdem função e não são considerados por essa previdência, o que não se vê em qualquer outro país do mundo.

Existe uma alarmante situação que resulta em mortes, comprometimentos da saúde, e a nossa Previdência, a saúde, a Assistência Social é a mais precária que nós conhecemos na face da Terra. Infelizmente eu tenho que dizer isso.

Tive a oportunidade, por razões funcionais, de trabalhar em alguns lugares do mundo e participar de eventos significativos sobre questões previdenciárias. Cito como exemplo a europeia. Os senhores bem sabem que, na Europa, existem algumas variações muito reduzidas de limite de tempo de serviço para que se passe para a inatividade, com 62, 63, 64 e 65 anos. No entanto, naqueles países — incluo entre eles o Canadá e os Estados Unidos —, nós percebemos que ou indivíduos daquela sociedade amam mais os seus componentes ou aqui nós somos por demais injustos e desonestos, espiritualmente falando, quanto ao atendimento daquele que sofre uma lesão grave e precisa ir para a inatividade.

Nós nos referimos a isso desse modo porque sabemos daquilo que compromete a atividade da segurança pública. Ela é deixada de lado, não é considerada. Para ser mais preciso, eu me refiro ao que nós chamamos de previdência.

Podemos dizer com muita honestidade que essa falácia montada, em relação ao ônus que o Estado tem relacionado à previdência, é absolutamente inaceitável. Nós sabemos que o serviço da dívida que o Estado brasileiro se dispõe a pagar é da ordem de 44% ao ano, enquanto os ônus, que seriam custos para os Estados, montam a 22%, ou seja, a metade. Acontece que nas outras sociedades que tivemos a oportunidade de conhecer — há meios para qualquer um consultar esses dados —, nós percebemos que quem administra a previdência não é o Estado, não é o governo, são entidades específicas que contam com gente técnica e competente para administrar um recurso que vai ser gasto lá adiante, quando alguém passar para a inatividade.

O exemplo europeu é muito significativo. O Estado, quando muito, tem uma agência regulatória da questão previdenciária. Podemos fazer essa comparação com a nossa realidade aqui. No que diz respeito aos aspectos de recolhimento de recursos, ao que cada um paga por salário que recebe, a administração é paritária.



Participa o indivíduo que compõe a classe empregadora e os empregados. O governo, como empregador, faz parte dessa classe. Ele não é maioria, ele não determina isso. Quem o determina é essa entidade previdenciária que há nos países que nós conhecemos. Ela determina o que deve ser feito com o dinheiro, onde ele vai ser empregado, etc. Percebemos que isso não é aqui considerado. Aqui, o recurso é recolhido sem que haja nenhuma obrigação por parte do Governo, para garantir o orçamento do ano. Depois, o Governo, quando se vê apertado, porque paga juros excessivos aos banqueiros, ao capital internacional, toma atitudes como essa que foi tomada pelo atual Presidente e seu grupo de Ministros.

Vamos dar um exemplo para sermos bem práticos. Existia o Ministério da Previdência e Assistência Social, que hoje é uma secretaria do Ministério da Fazenda. Como pode isso? Alguém do Governo que trata de questões de orçamento, finanças e investimentos do Estado manda hoje na Previdência. Uma secretaria do Ministério da Fazenda é responsável pela Previdência Social. Trata-se de algo planejado, determinado.

Nós vamos observar, por exemplo, o que é a realização percentual do Orçamento da União. Se considerarmos o ano de 2015 — o Dr. Paulo deve ter esse dado mais atualizado —, nós perceberemos essa gritante diferença. Não existe rombo na Previdência, até porque o Estado é miserável quanto ao atendimento ao cidadão da ponta da linha, não lhe dá garantias para a parte referente ao que chamamos de segurança social, ou Seguridade Social, como bem definido na Constituição Federal de 1988.

Observamos que o art. 195 da Constituição Federal garante que cada produto desta terra vai dar o seu quinhão para compor a Seguridade Social. Alarmantemente para qualquer inteligência mediana, como a minha, não é óbvio que cobramos taxas demais para garantir essa previdência, essa seguridade social que nunca acontece? Isso não é óbvio? Até por uma questão de caridade moral, nós estamos muito atrás para atender o mínimo necessário. Não é preciso ir muito longe. Vão ao pronto-socorro mais próximo do Congresso Nacional. Os senhores vão ver como o brasileiro é tratado. Isso não acontece lá fora.

O Governo destaca medianamente 36,6% de tudo o que se produz e recolhe para o Governo. Segundo o art. 195 da Constituição Cidadã, isso deveria ser



destinado necessariamente à Seguridade Social. Não se tem notícia, no Orçamento da União, do quinhão da Previdência que vai garantir esse atendimento social. Qual é a calamidade? A calamidade é esta: nós estamos sendo enganados todo tempo e os nossos irmãos estão morrendo da maneira como estão.

Vou apresentar um dado aos senhores. Em 2015, o Governo investiu em educação 3,91% do Orçamento; em saúde pública, 4,14%. Sabem quanto o Governo Federal investiu em segurança pública? Investiu 0,34%. Esses dados são do Orçamento realizado em 2015. Isso é alarmante, desesperante. Se os senhores quiserem, podem escolher outro adjetivo mais crítico.

Esta proposta de emenda constitucional deveria ser jogada no lixo. Obrigação nossa deveria ser cobrar a independência efetiva do organismo que trata de previdência neste País, em todos os níveis! É uma vergonha que o dinheiro fique para o Governo e ele não destaque aquilo que é do interesse da Seguridade Social. Isso, para a parte de que estamos tratando, a da segurança pública, é nada mais nada menos a condição de sobrevivência de todos nós. Não pensem que é dos ricos e dos pobres essa diferença de que todo mundo fala, ela é de todos nós.

Antes de encerrar, eu agradeço a atenção e gostaria que considerassem a importância de que todos fossem realmente contra essa proposta, porque ela não alcança o cerne da questão, que é a reforma da Previdência como instituição, como razão de ser não de um órgão que é do Estado, mas sim de um órgão que garante a sobrevivência das pessoas, a passagem dessas pessoas para a inatividade e assim por diante.

Era o que tinha a dizer. Eu me disponho a discutir, em qualquer momento, sobre essa questão de maneira mais aprofundada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Coronel Flammarion Ruiz, que aqui representa a Associação dos Militares Estaduais do Brasil — AMEBRASIL.

Quero registrar que o Dr. Robalinho foi convidado, e não pôde estar presente, talvez pelo prolongamento de sua responsabilidade, por ter reassumido cargo ontem na Associação Nacional dos Procuradores da República — ANPR. Nós o



cumprimentamos por ter reassumido a Presidência da ANPR. Ele tem sido também um grande parceiro nessa luta da Previdência, da segurança pública como um todo.

Antes de passar a palavra ao Sr. Paulo Penteado Teixeira Júnior, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP, cumprimentamos a Dra. Norma, Presidente da CONAMP, que acabou de chegar e está prestigiando a nossa audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Paulo Penteado, que dispõe de 15 minutos.

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR - Deputado Subtenente Gonzaga, é uma grande satisfação vir à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, uma Comissão que reconhecidamente trabalha e tem o reconhecimento do povo deste País.

Gostaria de cumprimentar V.Exa. pela importância de sua proposição, porque a questão da Previdência atinge a sociedade como um todo, transcende pontos específicos de interesses corporativos. Não falamos, na verdade, em defesa de corporação, falamos em defesa do povo brasileiro. O requerimento de V.Exa. permite que várias pessoas que aqui vieram tragam essa visão muito importante para discutirmos aquilo que é não a Previdência, mas sim o Estado Social de Direito que queremos imprimir neste País.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Eduardo Bolsonaro, parceiro de lutas de há muito, cuja atividade parlamentar transcende a atuação neste Parlamento.

Deputado, quando houve o risco de uma medida extremamente importante ser desfigurada, V.Exa. foi ao Supremo Tribunal Federal não em defesa de um projeto de lei, mas sim em defesa da sociedade brasileira. Meus cumprimentos a V.Exa.!

Caro Deputado Major Olimpio, gostaria de cumprimentá-lo pela atuação ativa e altiva, brava, mas não bravia, na Comissão da Reforma da Previdência. V.Exa. ali defendeu cada brasileiro, cada brasileirinho que vai nascer, cada brasileirinha que vai nascer, sob o ponto de vista não de corporações, mas, com certeza da cidadania. Em meu nome, como cidadão brasileiro, eu cumprimento V.Exa.

Deputado Gonzaga, eu pediria para falar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Fique à vontade.



O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR - Gostaria de cumprimentar também meus companheiros de Mesa, todos com exposições muito pertinentes; o meu amigo Coronel Flammarion, que já conheço de longa data; e a minha Presidente Norma, aqui presente. Norma, você é uma promotora da cidadania neste País. Meus cumprimentos e agradecimentos.

Meus caros, como foi dito inicialmente, é impossível falarmos de Previdência Social sem termos uma visão do todo. Não vou falar sobre Ministério Público, sobre instituições parelhas, como Magistratura, Defensoria Pública, Procuradoria de Estado e polícias, que, junto conosco, formam o sistema de persecução penal. Eu vou falar da realidade do nosso País e trazer alguns números que nós levantamos na CONAMP, muitos dos quais não são divulgados pela imprensa.

Antes, porém, gostaria de fazer uma ressalva. Apesar de nós termos tabulados todos esses números, eles não são nossos; são todos do Governo Federal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós montamos esta primeira tabela com base na apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 para 2017.

O Governo projetou o PIB esperado do Regime Próprio de Previdência Social de 2016 até 2060. Eu fiz um corte aqui para facilitar o entendimento. A par de projetar esse déficit, ele não trouxe uma informação que permitisse a relativização hoje daquilo que se espera para amanhã. Vou traduzir isso. Como falar em 2060, se não conseguimos, às vezes, apurar o PIB de 2016, como muito bem disse o Deputado Major Olímpio?

Então, vamos trazer um paradigma para o hoje, para que possamos entender a grandeza daquilo que pretendemos comparar.

Quando o Governo analisou o Regime Próprio de Previdência Social, ele estimou o déficit desse regime, mas não trouxe um comparativo. Que comparativo? O PIB que ele pressupõe que vá haver lá na frente. Ele não fez isso. Em contrapartida, quando analisou o déficit atuarial do Regime Geral de Previdência Social, ele estimou, sim, um PIB até o ano de 2060.

Na primeira linha desta tabela, está nada mais do que o déficit estimado pelo Governo e, na segunda linha, o PIB projetado pelo Governo. Vemos que isso



começaria no ano de 2016, com 1,10%, para chegar ao ano de 2060 com 0,43% do PIB. Ou seja, isso demonstra um franco declínio do déficit do PIB do Regime Público — eu me refiro à União.

Preciso fazer algumas observações muito rápidas.

Primeira: esse número inicial de 68 bilhões e 801 milhões de reais é uma estimativa que passa, Sr. Presidente, da expectativa de que todos os servidores públicos da União que já tivessem tempo para isso em 2016 se aposentariam no início daquele exercício, o que não ocorreu e não ocorreria. Então, isso aqui é uma estimativa.

Onde nós vamos obter o número efetivamente existente? No Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União, de dezembro de 2016, com a totalização do exercício. Totalizado o exercício, nós vamos descobrir — e infelizmente eu não coloquei esses dados nessa projeção — que esse déficit foi efetivamente de 39 bilhões e 900 milhões de reais. Ou seja, nós temos aqui uma superestimativa de 72% não realizada. E a superestimativa no ano inicial vai incidir em cadeia para todos os outros anos na capitalização desse déficit.

É importante termos em mente que, de acordo com os números do Governo, o déficit do Regime Próprio de Previdência Social decai ao longo do tempo.

Essa é a mesma conta, com o mesmo método, mas com dados extraídos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018.

Da mesma forma, nós vemos ali a projeção de déficit do RPPS, a projeção de PIB pelo Governo e, quando confrontadas as duas linhas, também a tendência de queda do déficit do RPPS.

É claro que, quando eu falo em déficit do RPPS, um déficit realizado de 39 bilhões de reais, alguém pode dizer — e deve dizer — que isso é muito dinheiro. Mas esse déficit tem uma explicação histórica. Por determinação constitucional e legal, 650 mil celetistas da União foram transformados em estatutários — e isso era correto. Isso carregou um grande aumento de despesa — também de receita, mas um aumento grande de despesa — para o Regime Próprio de Previdência Social da União. E essa conclusão não é minha; é do Tribunal de Contas da União quando fez análise desse déficit.



Nós não sabemos quanto esse déficit efetivamente significa — e o Governo poderia informar esses dados —, mas, de acordo com a nossa estimativa, que está descrita na nota da CONAMP de forma resumida, a despesa corresponde a 43 bilhões de reais. Isso, de forma muito resumida.

Aliás, permitam-me uma observação rápida. Quando falamos de déficit, temos que ter em mente que o dinheiro da Previdência sempre foi usado, pelo menos nos anos 50 para cá, historicamente, como custeio para o desenvolvimento do País. Isso está na nossa nota técnica. Somente para a construção de parte de Brasília, onde estamos, 52 bilhões de dólares, nos anos 50 e 60, foram utilizados. Para a construção de vários segmentos de Brasília, foi utilizado financiamento da Previdência Social.

Nos anos 70 e 80 — e essa estimativa foi feita pelo IPEA em 1999 —, 400 bilhões de reais — bilhões de reais! — foram utilizados para a construção de obras de infraestrutura. Essas obras são fundamentais para nossa história, para nossa realidade, mas foram custeadas pela Previdência. São exemplos Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Angra dos Reis etc. Foi o dinheiro da Previdência que contribuiu para a consecução dessas obras. Se atualizarmos esse valor para hoje, são mais de 11 trilhões de reais ou 3 trilhões de reais e 400 bilhões de dólares.

Por isso, costumo dizer que não é a Previdência que deve ao Brasil; é o Brasil que deve à Previdência, ou, como me disse outro dia um Parlamentar nesta Casa, os governos devem à Previdência.

Mas, seguindo aqui, caro Presidente, esse aqui é outro gráfico feito com informações retiradas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2016.

O Governo analisa ali o déficit do Regime Próprio de Previdência Social e o déficit do Regime Geral de Previdência Social. Ele projeta nominalmente o déficit estimado do Regime Próprio e o déficit estimado do Regime Geral. E ele projeta um percentual do PIB, dizendo que esse déficit corresponderia a esse percentual do PIB, tanto para o Regime Próprio como para o Regime Geral, mas não aponta aqui nominalmente qual seria o déficit desse PIB.

Se fizermos uma conta por regra de três, vamos descobrir qual é o PIB projeto pelo Governo Federal em cada exercício, que eu resumi aqui de 2026 a 2091, sendo que, a partir daqui, já não há mais análise do Regime Geral.



Se 131 bilhões de reais correspondem a 1,28% do PIB, qual seria o total do PIB estimado para aquele exercício? É uma regrinha de três, ou seja, seriam 10 trilhões e 264 bilhões de reais — desculpem-me se me enganar com os números. Promotor não é engenheiro. Pode até conseguir fazer o cálculo, mas em algum momento vai errar esse número.

Se nós empregarmos esse mesmo método na análise do déficit do RGPS, verificaremos que 530 bilhões correspondem a 4,15% do PIB e que 100% do PIB são aproximadamente 13 trilhões.

Opa! Há dois PIBs! Será que foi um erro de análise daquele ano?

Quando vamos para o ano de 2060, constatamos que, quando foi analisado o RPPS, a estimativa de PIB projetado foi de 33 trilhões de reais. E, quando foi analisado o RGPS, a estimativa de PIB projetado foi de quase 93 trilhões de reais.

Como nós podemos ter dois PIBs diferentes no mesmo País? Não temos. Nós podemos ter dois regimes diferentes, mas dois PIBs diferentes, não!

Essa questão foi muito bem abordada na Comissão Especial da Reforma da Previdência Social pelo Deputado Major Olimpio, e creio que ainda não houve uma resposta oficial sobre esses dados indagados por S.Exa.

Essa é uma análise da situação dos Estados. Para fazer essa análise, eu peguei os últimos números oficiais disponíveis. Eles são provenientes de uma projeção de 2004 do ainda existente Ministério da Previdência Social, de uma informação do Tribunal de Contas da União de 2014, mas constante de um acórdão de 2016. E nós vemos que, da mesma forma, o déficit do regime público dos Estados, do Distrito Federal e Municípios está em declínio.

Por que em declínio? Porque a reformatação constitucional feita pelas Emendas nºs 20, 41 e 47 mudou corretamente o parâmetro da aposentadoria do serviço público. Antigamente eram 35 anos de serviço para o homem e 30 anos de serviço para a mulher, na regra geral. Hoje, há outras condições, como tempo de contribuição, tempo de serviço público e idade mínima, que já existia. Isso alterou, de forma correta, o parâmetro de aposentadoria.

Peço desculpas, Deputado, por estar correndo demais na minha apresentação. São muitos dados para serem apresentados.



Essa reformatação levou àquilo que nós vemos matematicamente, ou seja, a queda do déficit da Previdência do setor público. Mas essa é outra apresentação.

Esses dados foram extraídos do Regime Próprio de Previdência, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2016 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Aqui eu falo só da projeção de déficit do Governo Federal para o RPPS da União.

Quando ele fez isso no Relatório Resumido de Execução Orçamentária — RREO de 2016, do exercício consolidado, ele apontou que em 2090 o déficit seria de 7 bilhões e 250 milhões de reais. Mas em outra projeção, feita 4 meses depois, quando encaminhado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, ele estimou esse déficit em 691 bilhões de reais.

Em 4 meses, o que aconteceu para que o déficit fosse de 7 bilhões para 691 bilhões? Isso ninguém explica.

São esses dados que falta o Governo discutir com a sociedade, para que possamos entender a motivação econômica da PEC 287.

Farei apenas uma comparação muito rápida sobre Regime Geral de Previdência Social e já encerro. Peço mais 30 segundos, Deputado.

Eu coloquei aqui, com base em tabelas da ANFIP, qual o superávit previdenciário gerado pelo Regime Geral. Resumindo, corrigindo isso pela SELIC, nós temos, de 2000 a 2015, um resultado positivo de 2 trilhões e 127 bilhões de reais. Se acrescentarmos a isso a DRU desse mesmo período, teremos mais 1 trilhão e tanto de reais. Somados, a DRU e o Regime Geral de Previdência renderam à União, de 2000 a 2015, 3 trilhões e 581 bilhões de reais, mais do que o exercício fiscal de 2017.

Portanto, Deputado, o Brasil deve à Previdência.

Agradeço a V.Exas. a atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - O senhor tem mais alguma transparência?

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR - Eu tenho, mas falarei sobre elas depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - O.k.



Muito obrigado, Dr. Paulo Penteado Teixeira Júnior, aqui representando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP, e sua prezada Presidente, Dra. Norma Cavalcanti.

Passo a palavra ao Sr. Tiago Arruda Cardoso da Silva, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais — FENAPRF, que dispõe de até 15 minutos.

O SR. TIAGO ARRUDA CARDOSO DA SILVA - Boa noite, Deputado Subtenente Gonzaga, por meio de quem cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Deputado, minha satisfação é grande de estar aqui com o senhor. Nosso primeiro encontro foi lá em Pernambuco, num fórum de segurança pública promovido pelas entidades de segurança pública do Estado, onde discutimos pauta de interesse da categoria. E hoje vemos o espaço que as categorias de segurança pública estão tendo para dar sua contribuição ao debate democrático promovido por esta Casa.

Eu queria cumprimentar os presentes e os colegas que estão nos acompanhando por meio da Internet.

Depois de uma aula dessas de conjuntura, de contexto, de regime previdenciário, eu vou me limitar a falar um pouco sobre o tema da nossa audiência: os efeitos que essa reforma da previdência vai trazer para o servidor da segurança pública.

Eu diria, Deputado e demais presentes, que não será um efeito sobre os policiais; não será um efeito sobre os agentes da segurança pública; esse efeito será sobre a sociedade. Quem vai sofrer os efeitos dessa reforma da Previdência que está sendo proposta, se ela vier a ser aprovada — e nosso trabalho é para que não o seja — será a nossa sociedade.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que vamos destacar inicialmente é a questão do envelhecimento do efetivo.

Quando dizemos que a polícia vai envelhecer, não estamos falando à toa; estamos trabalhando em cima de dados concretos. Nessa tabela que está sendo projetada, há 5 colunas. A primeira indica a faixa etária dos policiais, com as idades de até 40 anos, de 41 a 45 anos e assim sucessivamente. A segunda coluna mostra



o quadro atual. A Polícia Rodoviária Federal tem hoje 5.050 policiais com até 40 anos de idade. Essa é a nossa realidade.

Nesta outra tabela há dados percentuais. Do atual efetivo da Polícia Rodoviária Federal, 49% têm até 40 anos de idade. Uma projeção mostra que, em 2047, daqui a 30 anos, será de 0% a força policial da Polícia Rodoviária Federal de até 40 anos de idade. Os mais novos policiais rodoviários federais trabalhando vão estar na faixa de 56 a 60 anos de idade. Em 2047, daqui a 30 anos, 100% dos policiais rodoviários federais terão mais de 55 anos.

A nossa preocupação é que serão esses colegas que estarão tentando prestar um serviço de qualidade à sociedade — tentando. Mas, com a idade, aumenta o absenteísmo por doença e diminuem a aptidão, a higidez física, mental e emocional e até a disposição psíquica.

Como foi muito bem dito por um dos palestrantes anteriores, não dá para querer que um PRF de 70 anos faça o mesmo TAF — Teste de Aptidão Física que um candidato com seus vinte e poucos anos, recém-saído da faculdade. Isso é inimaginável.

Essas informações são obtidas a partir da data de nascimento dos nossos colegas. A fonte é o SIAPE.

Deixei os dados com a Comissão, Deputado, e pedi que a eles fosse dada publicidade, para que a sociedade saiba o que essa reforma da Previdência vai promover: uma polícia envelhecida.

Se esse estudo for feito também na Polícia Federal e nas Polícias Militares dos Estados, imaginem os colegas praças como será para um soldado, um cabo ou um sargento, com 74 anos, fazer não apenas o seu serviço, mas o programa extra, conforme a proposta do Governo.

Por que eu falo em 74 anos? É exagero? Não, não é exagero. Conforme a proposta que está no substitutivo, se um policial no final da carreira for se aposentar, terá uma redução de um terço em seus rendimentos. Repito: o policial rodoviário federal, no final da carreira, se se aposentar, conforme a reforma que está sendo proposta, terá o seu rendimento reduzido a um terço do que ele ganha. Ele vai se aposentar? É óbvio que não. Ele não terá condições de se aposentar. Ele vai ser compelido a permanecer trabalhando até os 75 anos de idade, se estiver vivo.



Um estudo da FGV de que o Boudens falou no início da audiência mostra que, quando um policial rodoviário federal morre em atividade, a média da idade em que isso acontece é 46 anos. A concentração maior de policiais que morrem está nessa faixa — eu estou com 43 anos e estou meio preocupado com essa estatística; espero não figurar nela. Entre os aposentados, a idade é de 61 anos. O estudo da FGV mostra que, em média, um policial rodoviário federal, depois que se aposenta, vive 7 anos. A média é essa. Então, Deputado, com essa realidade, como é que a sociedade vai estar protegida?

O pior que estamos visualizando é o tratamento absurdo que se quer dar às mulheres. A Lei Complementar nº 144, depois de 29 anos da Lei Complementar nº 51, reconheceu às mulheres o direito à aposentadoria com diferença de idade no meio policial. É uma conquista reconhecida por esta Casa. Agora, essa reforma diz que mulher policial não é mulher. É o que o Governo está dizendo: a mulher policial não tem o mesmo direito que a mulher que não é policial, porque vai ter que se aposentar com idade mínima idêntica à do homem.

O que isso vai causar na sociedade neste momento em que estamos buscando a igualdade das mulheres no setor público e no setor privado também? Vai haver uma diminuição do interesse das mulheres em figurar nas carreiras policiais, porque não vão receber tratamento diferenciado. Serão exigidas no mesmo nível em que os homens, enquanto as mulheres em outras áreas vão ter uma redução de 3 anos na idade mínima para a aposentadoria. Isso, sem dizer que, como foi dito aqui, é um absurdo estabelecer idade mínima de aposentadoria para quem exerce atividade de risco.

Isso é um retrocesso. Vai ocorrer uma masculinização ainda maior da polícia, porque as mulheres vão se desinteressar pela atividade policial, o que é negativo para a sociedade.

No Senado está sendo discutido o projeto de lei que torna imprescritível o crime de estupro. E nós sabemos da importância da presença da mulher na polícia, o que está sendo desestimulado por esse substitutivo, Deputado.

Outra consequência negativa desse substitutivo para a sociedade — a proposta afeta os policiais, mas é mais negativa para a sociedade — é uma cisão, uma divisão, que transforma uma polícia única em duas: quem entrou antes do



Regime de Previdência Complementar e quem entrou depois dele. Os dois grupos estão sendo tratados de formas diferentes. E o risco a que está submetido qualquer policial que esteja na escala, trabalhando, é o mesmo, não importa se entrou antes ou depois de fevereiro de 2013. O tratamento não está sendo adequado.

Hoje, mesmo o regime da Lei Complementar nº 51 ampara ambos, tanto é que, em decisão da Justiça Federal de Brasília, a Diretoria Jurídica da Federação Nacional dos Policiais Federais conseguiu sentença reconhecendo o direito de aposentadoria integral ao policial que entrou após o FUNPRESP, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 1985. O substitutivo acaba com isso.

Se esse substitutivo for aprovado, quando o cidadão chegar para ser atendido pela polícia, um vai olhar para o outro e dizer: *“Fale com aquele ali, porque ele tem integralidade e paridade”*, ou *“fale com aquele ali, que ele não tem integralidade nem paridade”*. É isso que esse substitutivo fará, o que vai gerar um desinteresse pela carreira policial.

Hoje, o quadro de policiais é formado, em sua grande parte, para não dizer em sua quase totalidade, por pessoas com excelente formação, de boa índole, com compromisso com a atividade que desenvolvem e com o serviço que prestam à sociedade. Essa atividade, como foi dito aqui, tem a sua atratividade em uma aposentadoria com proventos muito próximos aos que se ganha no final de carreira. Isso vai acabar. Quem é que vai se interessar por ser policial? Vai haver pessoas na segurança pública que não vão ter o mesmo envolvimento.

Outro efeito danoso diz respeito às pensões. Hoje, quando um policial falece, seja em atividade, seja depois de aposentado, a base de cálculo da pensão que deixa para a família é a remuneração, se ativo, ou os proventos integrais, se aposentado. Com esse substitutivo, não vai ser mais assim. Qual é o sentimento que o policial vai ter na hora de ir para o enfrentamento ao crime? Um sentimento de retração. Ele não vai ter a mesma segurança de que, se vier a faltar, a sua família vai ter o devido amparo. Vai haver uma retração natural do policial em relação à sua disponibilidade no enfrentamento ao crime.

Eu queria pontuar alguns dados do estudo da Fundação Getúlio Vargas — já citado aqui — para a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal. Entre 2000 e 2016, morreram 1.544 policiais rodoviários federais,



entre ativos e aposentados — 79% eram aposentados, e 21% estavam na ativa. Até o ano 2000, como eu disse, 50% dos óbitos ocorreram até o 7º ano depois da aposentadoria.

A sociedade vai contar com uma polícia desgastada, no limite. Que tipo de segurança pública um policial nesse estado vai poder ofertar ao cidadão que paga o seu salário e os equipamentos de segurança pública, por meio dos tributos?

Eu queria pontuar, ainda, Deputado e demais presentes, a contradição dessa proposta, desse substitutivo em relação ao Regime Próprio de Previdência Social do servidor público. No sistema, que é de repartição, quem está ativo e quem tem aposentadoria acima do teto contribui para o pagamento das aposentadorias. Esse é o discurso.

E aí o Governo, através da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, propôs a criação de um regime de previdência complementar e a limitação do desconto de contribuição do servidor ao teto do regime. Ora, se eu diminuo a contribuição... Se pensarmos hoje, todo mundo que está entrando no serviço público, desde 2013 para cá, está contribuindo com o teto do Regime Geral de Previdência Social — RGPS. A sua contribuição não toma por base toda a sua remuneração, mas é limitada ao teto do RGPS. E isso limita a quantidade de arrecadação, ou seja, se um servidor entrava, por exemplo, numa carreira cujo salário inicial estava na faixa de 8 mil reais, ele arrecadava 11% em cima desses 8 mil reais. Isso ia pagar a aposentadoria de quem está aposentado. Com o Regime de Previdência Complementar, ele não vai mais contribuir sobre 8 mil reais — ele vai contribuir somente sobre 5 mil e alguma coisa, que é o teto do RGPS. Então, a contribuição dele para o pagamento das aposentadorias cai. E cai substantivamente — cai de 800 reais para 500 reais.

Esse discurso segundo o qual o Regime Próprio de Previdência Social vai ser igualado ao Regime Geral vai gerar uma necessidade de aporte de recursos originários dos tributos — e não da contribuição — para complementar o pagamento das aposentadorias e pensões. Nos próximos 30 anos, todo mundo que entrar para o serviço público vai contribuir sobre o teto do Regime Geral. Essa conta não fecha. Portanto, a proposta que o Governo está trazendo tem uma inconsistência matemática básica. Por quê? Porque ela propõe arrecadar menos do que se



arrecada hoje para pagar a mesma quantidade de aposentadorias que se paga. Isso é uma contradição em termos.

Quando é que isso vai se resolver? Isso vai ter a possibilidade de se resolver quando os aposentados que recebem aposentadoria integral e paritária morrerem, porque, segundo o substitutivo, nesse momento, a remuneração deles não vai ser considerada para cálculo da pensão, mas vai haver uma redução com base no teto do RGPS. Trata-se de uma inconsistência matemática total. Não se sustenta a diminuição de arrecadação do Regime Próprio com a manutenção das despesas baseadas na paridade e na integralidade.

Por fim, Deputada e caros presentes, a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais — FENAPRF tem um histórico de consistência e de propositura ou de proatividade no seu agir sindical. No entanto, podemos dizer com segurança que não houve por parte do Governo qualquer espaço para proposta. O Secretário Marcelo Caetano não abriu para nenhum questionamento, não deixou que ninguém propusesse nada. E, em relação à proposta que veio, podemos usar uma figura de linguagem que é muito comum: a figura do bode na sala. A primeira proposta era tão ruim, mas tão ruim, que veio para ser mudada. E sabemos que toda reformazinha que é feita vai piorar o que existia. Como dizem os poetas, a emenda sai pior do que o soneto. E nesse caso, para os policiais rodoviários federais e para os policiais em geral, a emenda, o substitutivo, é pior do que o soneto, porque somos a única categoria que não tem regra de transição.

A única categoria que não foi contemplada com regra de transição é a dos policiais. O servidor público tem regra de transição, mas no substitutivo que foi aprovado nem isso os policiais vão ter. Então, temos colegas que passaram a vida contribuindo, para os quais faltam poucos meses para a aposentadoria, e com esse substitutivo, que é uma emenda ao que é muito ruim, a PEC, não vão ter mais direito a se aposentar na idade pretendida. Eles vão ter que trabalhar até 55 anos no mínimo, sem contar que esses 55 anos não são definitivos. Existe um gatilho que a cada 2 anos vai atingir os servidores que entrarem depois da promulgação da PEC. Assim, daqui a algum tempo, a idade mínima para policial vai ser 60 anos.

Imagine, Deputado, todos os efeitos negativos que vão decorrer desse substitutivo se ele vier a ser aprovado.



São essas as nossas contribuições. Se houver espaço para que a Federação proponha soluções, nós teremos total satisfação em contribuir para que uma proposta de reforma da Previdência contemple as suas finalidades e não apenas atenda aos interesses de banqueiros e de fundos de previdência privada, que estão de olho na previdência do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Acho que todos aqui podem requerer um certificado de pós-graduação em previdência, porque, com as aulas, todos têm direito. *(Riso.)*

Vamos completar agora as aulas sobre previdência e luta de classes com o Coronel Miler, falando neste momento pela Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais — FENEME, em nome do seu Presidente, o Coronel Marlon Jorge Teza.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA - Deputado Gonzaga, agradeço por essa oportunidade.

Em nome da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, do nosso Presidente, Coronel Marlon, citado pelo senhor e que está aqui presente também, representando 45 entidades no Brasil e em torno de 60 mil oficiais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, eu agradeço a esta Casa e a esta Comissão, que tem como Presidente o Deputado Capitão Augusto.

Cumprimento a Mesa, tanto esta quanto a que estive aqui expondo anteriormente, os nossos amigos das polícias, dos bombeiros e do Ministério Público, a assessoria aqui presente, as Forças Armadas.

O objetivo é nós debatermos esse tema. Por isso que fizemos, então, um recorte específico dentro da área de segurança pública e persecução penal.

A posição do FENEME é também no sentido do que foi dito aqui, ou seja, de que essa reforma não é boa para ninguém, não é boa para a sociedade. No entanto, na medida em que existem as representações, como nós já dissemos, cada uma vai lutando dentro do seu espaço, mas também de olho na sociedade, porque nós somos homens públicos e, como tal, temos compromisso social.

(Segue-se exibição de imagens.)



O tema é esse, atendendo a requerimento de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, nosso amigo e Deputado atuante, como os demais que aqui estavam, o Deputado Eduardo Bolsonaro, o Deputado Major Olimpio, que é membro da Comissão, e os outros que aqui não estão, não porque não querem, mas porque, como sabemos, esta Casa tem “n” Comissões funcionando e o plenário também em funcionamento. Mas esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela Internet e ficará nos Anais da Casa. Isso é muito importante, por isso é bom que cada entidade aqui presente se manifeste.

Acompanhando a reforma, eu já fui ao asilo buscar alguns velhinhos para voltarem a trabalhar. Então, eu já fui lá, porque, do jeito que está, vamos ter que buscar. Eu já fui lá recrutar, porque já que a reforma vai pegar todo mundo, terão que voltar e não vão poder ficar descansando na sua aposentadoria.

Eles querem, no fundo, é o policial dessa maneira. Aí, vão ter que achar também criminoso velhinho. E, aí, vão ter que ter o Ministério Público para atuar nessa área, bem como o Judiciário.

Ou desse jeito aqui: só no bico do corvo. Mas estão achando que é possível ainda.

Ou querem policiais dessa maneira.

A PEC 287, que propõe a reforma da Previdência, veio mudar o quê? Pela Constituição Federal, o servidor hoje já tem que atender à fórmula 60 anos de idade e 35 anos de contribuição para o homem, e, para a mulher 55 anos de idade e 30 de contribuição, e já não tem mais aposentadoria integral, a não ser para quem está na regra de transição. Então, vai mudar o quê? Já acabou aposentadoria integral para aqueles que entraram depois da previdência complementar. Não existe mais paridade e integralidade.

Aí vem a PEC que amplia para 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, para o homem, e 62 anos de idade e 35 anos de contribuição, para a mulher, sem paridade e integralidade, ou seja, para o homem aumentou 5 anos e, para mulher, como foi dito aqui, 7 anos. Essa é a situação.

Para o empregado, na Constituição, está 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, sem paridade e integralidade. E, pela PEC, o empregado continua em 65 anos de



idade e 35 anos de contribuição, se homem, e passa a 62 anos de idade e 35 anos de contribuição, se mulher. Portanto, para o homem na área privada nada muda. Então a pergunta é a seguinte: atende a quem essa PEC? Isso tem que ser respondido, e os palestrantes anteriores já colocaram isso.

Vejam o regime constitucional dos militares, que é a área que a FENEME representa. Faço inicialmente as seguintes perguntas: militar tem regime previdenciário? Militar contribui para a Previdência? Militar se aposenta?

“O militar nunca contribuiu para a aposentadoria, pois tal benefício não existe na lei castrense.” Quem disse isso foi o Superior Tribunal de Justiça, no Resp. 1.455.607. Portanto, a Justiça já disse que militar não tem aposentadoria e que nunca contribuiu.

Como interpretar as normas constitucionais vigentes? A reserva e a reforma não são espécies de aposentadoria. Então, militar não se aposenta, não perde o vínculo. Ele fica na reserva ou na reforma.

A reserva, a reforma e a pensão militar não fazem parte de um regime previdenciário, mas são institutos isolados do regime constitucional dos militares. Essa é a natureza constitucional e o regime dos militares. Por exemplo, hoje eu estou na reserva, mas eu continuo sujeito a toda a legislação militar, tanto é que, se eu falar algo indevido aqui, estou sujeito ao regulamento disciplinar e ao Código Penal Militar.

O servidor público que se aposenta perde o vínculo com o serviço público; o empregado perde o vínculo. Militar nunca perde o vínculo.

Segurança pública não é serviço público: ordem pública, incolumidade das pessoas são meios de defesa do Estado e das instituições democráticas. Portanto, como disse Ives Gandra, a segurança pública traz as instituições de risco, as instituições de defesa da sociedade, e tem que ser tratada como tal.

Os serviços públicos estão embutidos nos Títulos VII — Da Ordem Econômica e Financeira — e VIII — Da Ordem Social. Força de segurança tem sistema de compensação que para alguns juristas são cláusulas pétreas, portanto, não são privilégios que tem o militar, como não podemos entender que sejam privilégios do MP ter direito à vitaliciedade e à inamovibilidade. São garantias em relação à responsabilidade é à atribuição, e não privilégios; são mecanismos



constitucionais de compensação, que podem ser interpretados como cláusulas pétreas, porque eu desmonto o próprio Estado.

Nesta linha nós temos o Agravo em Recurso Extraordinário nº 654.432, que diz: *“Algumas atividades do Estado não podem parar de forma alguma. E a atividade policial é uma delas”*.

Não foi isso o que disse o subprocurador, de forma que foi, nessa linha, proibida greve para qualquer policial? Qualquer, mesmo o servidor público policial. Por quê? Porque ele tem uma atividade de defesa da sociedade. É isso que tem que ser olhado.

Agora, observem como é que o País se defende. Alguns até dizem: as Forças Armadas não estão empenhadas. E não é para estarem, mas, se for necessário, têm que estar prontas. Vejam como é montada a defesa da Nação brasileira.

No título V — Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas —, a última instância nossa, a última defesa são as Forças Armadas. Então, elas têm que ter a garantia para, nessa condição, estarem prontas para agir se um dia for necessário. Mas a existência serve como dissuasão daqueles que querem tentar.

Acima das Forças Armadas nós temos as polícias militares e bombeiros militares, que tem como objetivo a preservação da ordem pública e que são forças auxiliares em reserva do Exército. Por quê? Antes de empregar as Forças Armadas, eu mobilizo essas instituições. E, aí, na atividade ordinária, nós temos as polícias.

Esse é o sistema de defesa. Então, se todos esses sucumbirem, o Estado sucumbe. Por isso, tem que ter um tratamento diferenciado, compensatório.

A Constituição de 1988 não trazia nada de contribuição nem de regime previdenciário para nenhum servidor, e muito menos para a área militar.

Mas nós tivemos várias emendas constitucionais, e a cada emenda constitucional tirou-se uma perna, tirou-se um braço do servidor ou do trabalhador. Estão querendo fazer a mesma coisa com a segurança pública e com os militares. A cada emenda constitucional nós estamos nos defendendo, mas indo cada vez mais para o extermínio. E esse extermínio levará à insegurança do Estado brasileiro.

A Emenda Constitucional nº 18, de 1998, trouxe a mudança do título da Constituição, e militar não é mais servidor público, portanto, é outra regra. É outra



espécie de agente público. Então, os militares ficaram como outra categoria de agente público.

Na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vedou a acumulação; estabeleceu o caráter contributivo; equilíbrio financeiro e atuarial; e previdência complementar, com o teto do INSS. Essa foi a reforma do Presidente Fernando Henrique.

O Presidente Lula, com a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, estabeleceu o teto constitucional; a contribuição do ativo, inativo e pensionista, de forma que o aposentado e a viúva foram taxados na emenda; o caráter solidário; o regime previdenciário único; e unidade gestora única. A única ressalva feita foi para os militares.

A segunda emenda do Presidente Lula, a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, trouxe o teto único no Estado; a atividade de risco; e contribuições com isenção somente acima do dobro do teto do INSS.

O texto aprovado na Comissão agora, este que está, como ficou? O art. 40, no § 20 diz que tem que ser uma unidade única e um regime único.

Os militares estaduais e federais ficaram ressaltados na sua condição atual.

Para os policiais, podemos aplicar o art. 40, § 4º, inciso II, que diz que lei complementar poderá estabelecer idade mínima e tempo de contribuição distinto. Está previsto isso. Hoje eu posso dizer que está recepcionada a Lei Complementar nº 51, de 1985, por esse texto.

O § 4º-A diz que pelo menos 25 anos de efetivo exercício policial, 55 anos homem e mulher. E o art. 3º, diz ser 30 anos e 20 de atividade policial para o homem e 25 anos e 15 de atividade para a mulher. Há uma diferenciação entre o homem e a mulher, mas, lá na frente, tem um gatilho que vai igualar isso. Então, não trouxe a transição, mas trouxe para o gatilho.

Vejam a taxa de mortalidade dos policiais. Enquanto para o cidadão comum ela é de 8,7, para o policial é de 44, na proporção de um para 100 mil.

A taxa de suicídio entre os cidadãos comuns é de 3,5 e, entre os policiais é de 16 para cada 100 mil.



Quanto ao absenteísmo, a OMS diz que, a partir dos 45 anos, começa a ter problemas. Foi isso o que foi dito aqui. Na PM de São Paulo, mais de 50% de quem tem mais de 25 anos tem restrições de saúde.

Esse é o número que o Deputado Major Olimpio sempre gosta de utilizar. Há pessoas que comentam assim: *“mas o senhor se aposentou novo!”* Mas, Deputado Subtenente Gonzaga, elas não veem as horas trabalhadas de um policial. Enquanto um trabalhador comum, durante 30 anos, trabalha 57.600 horas, um policial trabalha, no mínimo, 82 mil horas, o que dá para ele 43 anos de trabalho. Isso não é computado.

Dos 34 direitos sociais, o militar só tem 6. *“Ah, vamos igualar a previdência!”* Então, vamos igualar os direitos sociais.

Eu queria fechar com essas imagens, porque nós somos muito visuais. A minha esposa, como professora que é, diz muito que o ser humano é 80% visual. Então, no visual, como esta audiência está sendo gravada, Deputado Subtenente Gonzaga, vamos mostrar algumas cenas para que fiquem registradas.

Ninguém vem aqui dizer que a única categoria neste País que tem cemitério são os policiais. São Paulo tem um cemitério só de policiais, e eles foram mortos em serviço. E lá não cabem mais. Mas ninguém vai lá olhar isso.

Vejam aqui: *“Descanse em paz!” “Mausoléu da Polícia Militar.”*

Vemos aqui uma homenagem aos nossos heróis que morreram.

Aqui, uma homenagem a mais um que morreu.

Essa imagem mostra honras fúnebres a mais um herói que se foi.

Aqui nessa foto nós temos o nosso amigo Deputado Major Olimpio, que tem participado de todos os enterros dos nossos companheiros que têm partido. Estamos cansados de ver essa cena. E isso não é notícia, isso não é notícia neste País.

Nessas placas estava escrito o nome de cada um dos nossos companheiros. Se eu perguntar aqui nesta Comissão quem é Amarildo, todo mundo vai saber; se eu perguntar o nome de um policial que foi executado, ninguém sabe. Então, está aqui o nome deles. Foram executados às dezenas.

Solicito, por gentileza, que o operador passe os eslaides em sequência só para visualizarmos as imagens. *(Pausa.)*



Nós temos chorado os nossos mortos. Choramos entre nós e com nossos familiares, numa sociedade injusta e que fica querendo fazer comparações com aquilo que é incomparável. Observem essas cenas dos policiais chorando, na despedida, durante o enterro dos seus companheiros.

Eu termino, Deputado Subtenente Gonzaga, agradecendo por esta oportunidade. Nós da polícia e do sistema de segurança pública doamos a vida por esta sociedade e o fazemos todos os dias. Nós estamos atendendo a milhões de ocorrências todos os dias. Entretanto, às vezes, quando acontece um erro, nós somos equiparados àquele que errou e somos crucificados. Não se olha para o grande benefício que esses heróis que estão aqui trazem para governabilidade deste País, aliados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, que compõem o sistema de defesa brasileiro.

Eu fecho com esta última imagem que traz os vários brasões e os símbolos desses heróis. Esta Casa, por meio desta Comissão, está reconhecendo o nosso trabalho, mas está longe ainda do ideal, porque estão mais uma vez tirando uma parte de nós.

Eu agradeço a presença do Deputado Major Olimpio, que está na Comissão como um baluarte da segurança pública, fazendo sua defesa de forma intransigente e não abrindo mão das negociações.

As coisas nesta Casa são assim: *“Deputado Major Olimpio, vote conosco que nós vamos liberar fulano, vamos liberar o agente penitenciário, vamos liberar o guarda municipal”*. E a posição tem sido a de dizer “não”, porque tem que ser liberada toda a sociedade.

Assim, eu agradeço ao Deputado Subtenente Gonzaga esta oportunidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Agradeço a exposição ao Coronel Miler, que aqui falou em nome do Presidente da FENEME, o Coronel Marlon, que está aqui presente.

Passo a palavra ao Deputado Major Olimpio, fazendo referência mais uma vez ao orgulho que nós sentimos por tudo que S.Exa. fez por nós na Comissão Especial.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Cumprimento o meu caríssimo Deputado Subtenente Gonzaga, que preside os trabalhos e é o proponente desta mais que oportuna audiência pública, os nossos convidados do primeiro painel, os nossos amigos e convidados deste segundo painel.

Há pouco, eu falava com a imprensa aqui fora. Perguntavam-me sobre o porquê desta audiência pública neste momento, uma vez que já foi votado o relatório na Comissão Especial, e eu dizia que os senhores nos trazem informações fundamentais. Muito embora eu seja um veterano policial militar, aprendo em todos os momentos. E eu dizia ao profissional de imprensa ali que argumentos, Deputado Subtenente Gonzaga, transbordam.

Eu quero agradecer a todos, mas de forma muito especial ao Dr. Paulo Penteado. Quando nós começamos essa luta com o encaminhamento da PEC pelo Governo, o Dr. Paulo Penteado foi um grande professor. Ele preparou, em menos de 48 horas, 87 laudas muito bem fundamentadas, que até hoje a maioria de nós repete. Então, é importante dizermos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Ai de nós se não fosse a ANFIP e a CONAMP, que produziram esse material para nós trabalharmos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Graça as Deus! Esse produto, que se transformou até em uma publicação, foi fruto de um esforço feito durante um congresso do Ministério Público no Guarujá. Todos estavam presentes, inclusive a Norma. E todos saíram de lá moreninhos. A única pessoa que foi embora sem tomar um minuto de sol foi o Dr. Paulo Penteado, porque estava preparando esse material, que é incontestável.

Então, é importante dizermos do nosso respeito, do nosso agradecimento. Muitas vezes, as pessoas falam: *“É uma grosseria o que os senhores dizem”*. Mas, nessas audiências públicas, os senhores, com a experiência e com o conhecimento que têm, dão pérolas aos porcos. São pérolas preciosíssimas que grande parte dos porcos do nosso plenário come como se fosse um grão a mais de milho.

Os senhores nos trazem essa fundamentação, e eu faço questão de fazer alguns comentários. Eu até fiz um pronunciamento no plenário há cerca de 2 horas, em que eu dizia — na verdade, gritava, e talvez isso se deva ao meu problema de audição; até brincaram aqui que, se colocarem o Paulo Penteado, o Miler e eu



juntos, poderíamos virar os três tenores — quanto custa um Deputado, quanto custa uma bancada. O plenário estava cheio, e ninguém pegou o microfone para fazer um aparte e dizer: “V.Exa. está ferindo a ética, está nos desrespeitando.” Na verdade, nós estamos nos desrespeitando.

O que parecia ser velado, quando nos diziam “*nós vamos lhe oferecer um cargo, nós vamos lhe oferecer emendas*”, aquilo que era feito à socapa, à sorrelfa nas madrugadas está ostensivo nos meios de comunicação. Saíram à caça. Quanto custa um Deputado? As pessoas precisam saber. Os que estão aqui já sabem, as pessoas que estão nos acompanhando pela televisão também.

Vão dizer na Comissão Especial da Reforma da Previdência: “*Olhem, vocês tomaram uma surra de 23 a 13*”. Quero lembrar aqui que o Governo trocou cinco Deputados. Fez os partidos trocarem Deputados, senão a votação ia ficar 18 a 19, fazendo com que a desmoralização fosse maior ainda. E alguns desses Deputados se calaram, mas dois Deputados da Comissão de Segurança Pública, que fazem parte da chamada “bancada da bala”, os Deputados Delegado Waldir e Cabo Sabino, disseram: “*Eu não tenho preço! Vão me tirar da Comissão? Podem me tirar! Mas não vão me tirar o direito de gritar*”. Eu faço questão de enaltecer os Deputados que tomaram posição, enquanto alguns ficaram calados. E não adianta dizer: “*Eu estou com vocês, mas neste momento eu não estou*”. Não vai ter jeito. Não tem conversa.

Eu dizia agora no plenário, Miler: eu não alimento o meu carrasco. Eu vou lutar contra as pessoas que forem contra os meus. E, neste momento, eu gostaria de pedir aos senhores que a mobilização seja muito intensa.

“*Não foram citados os policiais militares, então eles estão perdendo menos neste momento.*” Isso não significa que não vão perder amanhã. “*Os policiais civis e os policiais federais agora estão contemplados.*” Não! Dependem de uma lei complementar que poderá contemplá-los. O conhecimento e a forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Deputado Major Olimpio, peço a V.Exa. que assuma agora a Presidência. Está tendo votação nominal no plenário e tenho que votar. Depois, V.Exa. poderá ir votar também.
(Pausa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Major Olimpio) - O que nós estamos encarecendo a cada um dos segmentos, neste momento, seja a partir do conhecimento, da cultura, seja com base na experiência é a mobilização, porque o jogo é muito difícil. Não se seduz um Deputado ou uma bancada, falando em honra, em dignidade, em respeito à lei, à ética e à moral. A maioria dos Deputados quer saber: *“Onde está o meu? Onde está a minha concessão de canal de rádio ou de TV? Quando é que vai sair a anistia do pagamento do FUNRURAL, porque aí a bancada ruralista vai fechar para votar com o Governo?”* E não sou eu quem está dizendo isso. Não é alucinação, não. Está tudo aberto.

O Coronel Miler apresentou uma sequência aqui e mostrou o que as emendas constitucionais vêm fazendo, não só em relação aos militares estaduais, mas também em relação a todos os segmentos da sociedade. Nós não estamos chorando de barriga cheia. Nós temos hoje grandes preocupações em relação a isso. E a nossa mobilização é intensa.

O Dr. Paulo Penteado e a Dra. Norma foram consultados até o último momento, seja pelo Relator, seja pelo Ministro, seja por quem possa ter sido, com propostas indecentes: *“Olhem, será que com isso nós mudamos a convicção do Ministério Público, da Magistratura?”* E eles estão dizendo simplesmente: *“Permitam-se a nos ouvir. Nós não somos a casta do serviço público. Vejam o que recolhemos e as garantias que temos. Não somos devedores em nada ao Estado”*. E mostram, quando dizem: *“Nós podemos receber o teto salarial, mas recebemos quatro vezes o teto da Previdência, que hoje é de R\$ 5.319,00, e recolhemos 6,5 vezes o valor de contribuição previdenciária mensal, ao longo de 30, 40, 50 anos no serviço público”*.

Eu sou um militar do Estado, tenho orgulho de ser um servidor militar da população, sou filho de um servidor público e não tenho vergonha nenhuma de defender o serviço público. Mas, na mesma intensidade, a nossa argumentação hoje é para mostrar que essa reforma é imprópria ao cidadão, ao idoso, ao deficiente físico, aos servidores públicos, às categorias profissionais que, pela especificidade, têm circunstâncias que o trabalho acaba provocando alterações físicas, mentais, sociais, espirituais, como a dos policiais.

Está aqui o representante dos peritos criminais, e numa das discussões minhas com o Deputado Maia, Relator da Previdência, ele me dizia: *“V.Exa. não vai*



me convencer nunca de que um perito corre algum risco". E eu dizia a ele — e não é porque o senhor está aqui, não, que estou contando isso — que fui comandante de companhia numa região de grande incidência criminal, o Jardim Ângela, em São Paulo. Muitas vezes, para se fazer um local de crime, as minhas viaturas ostensivas tinham que dar suporte e apoio, porque senão a viatura da polícia científica não conseguia adentrar o local. Em algumas circunstâncias, tanto os policiais militares quanto os peritos eram recebidos à bala no local em que precisavam fazer o seu trabalho. Mas só para o senhor saber, porque eu não sei guardar segredo, se o Relator lhe disser *"fique tranquilo"*, lembre-se de que ele disse a mim: *"V.Exa. não vai me convencer nunca de que um perito corre algum risco para estar num local"*.

E o senhor me deu uma boa argumentação, quando disse: *"Nós até desarmamos explosivos"*. É o que fazem também os nossos policiais militares do GATE, em São Paulo.

Depois da tentativa de desarme de um petardo explosivo que foi recolhido, Coronel Miler, até hoje estamos procurando pela Marginal os pedaços do nosso Sargento Loureiro, do GATE. Houve uma explosão no ambiente onde ele estava que derrubou a parede do Batalhão de Choque do GATE. Em razão do que aconteceu, o enterro foi feito sem nenhum pedaço do corpo dele com mais de 1 quilo.

Então, argumentos para nós transbordam — já vou repassar a presidência dos trabalhos ao Deputado Subtenente Gonzaga — e digo aos senhores que vamos continuar unidos nessa mobilização, neste momento. O nosso desafio maior é derrotar a PEC 287/16. Hoje, com todo o dinheiro, com toda a compra, com toda a suscetibilidade da classe política à corrupção moral, minimamente, não se consegue ter 308 votos, porque esse projeto não tem sustentação, mesmo com o relatório, mesmo com o que se diz que se avançou nisso. Mas nós estamos vivendo um momento de completa deterioração da ética e da moral. Vai aumentar a pressão, vai aumentar o número de cargos, de emendas, de concessões de toda ordem, para não falar em circunstâncias mais criminosas, doutor, que possam ser malas a circular nos próximos tempos.

Então, estamos fazendo uma carta pedindo aos senhores, policiais federais, policiais civis, peritos que não repitam o que o Governo está dizendo — que vocês já estão completamente contemplados. O Governo está mentindo ao dizer isso.



Meus irmãos policiais militares, quanto ao repique que pode vir em relação a nós nos Estados, o Deputado Eduardo Bolsonaro, que estava ali sentado comigo e ainda deve voltar, dizia: *“Major, a malvadeza que podem fazer com vocês sozinhos depois pode ter intensidade até maior.”* Então, este é um momento de união.

O Líder do Democratas, o Deputado Pauderney Avelino, disse ontem que ele está encaminhando as negociações para chegar ao plenário com a Magistratura e Judiciário contemplados. Oxalá isso aconteça!

Mas hoje eu conversei com Dr. Paulo, antes de começarmos, e ele me falou: *“Das nossas convicções, do nosso compromisso com a sociedade e também das garantias mínimas para exercermos as nossas missões constitucionais com dignidade nós não abrimos mão”.*

Não sabemos quando isso vai ser pautado. Agora mesmo no plenário estávamos falando: *“Paute já! Não disse que estava pronto? Paute já!”* Mas não dá, porque não compraram todo mundo ainda. Essa é a grande verdade. Então, agora somos nós que estamos dizendo: *“Paute já! Vamos votar semana que vem. Não está pronto?”*

Agora o Governo quer esse tempo, para arrefecer os ânimos, achar que estamos todos rendidos e facilitar a aquisição, baratear o preço.

Agradeço demais a confiança. Fiz na Comissão, modestamente, o que estava ao meu alcance. A minha equipe, o Miler, o Renato, todo mundo que está no apoio é quem nos vai dando o suporte, muitas vezes, e tentando dar luz ao que nós não estamos enxergando.

Lembro uma coisa: no plenário não é possível fazer substituição de Deputado. O Deputado Subtenente Gonzaga é o Deputado Gonzaga, o Deputado Cabo Sabino é o Deputado Sabino, o Deputado Delegado Waldir é o Deputado Waldir. Se quiserem arrancar os nossos mandatos, vão ter que fazê-lo, mas não haverá susceptibilidade nem aconchego em relação a nada que possa ferir os nossos princípios.

O que eu peço a vocês é que façam essa exigência. Todo mundo diz que é apaixonado pelo serviço policial: *“Eu amo o Corpo de Bombeiros. Eu adoro a Polícia Federal. A Polícia Rodoviária Federal salvou a minha família nas rodovias. O*



Ministério Público é o esteio de dignidade da sociedade hoje”. Mas não adianta fazer o discurso e justificar que votou contra nós depois.

Repito aos senhores: eu não alimento o meu carrasco. Eu vou perseguir politicamente todos aqueles que votarem contra nós. Sou pequeno em relação a isso, mas posso fazer mobilização, independentemente de ter ou não mandato. Nós não vamos esquecer o que está acontecendo neste momento.

Parabéns, Deputado Subtenente Gonzaga. Eu lhe repasso a presidência dos trabalhos neste momento muito rico para todos nós.

Fui agora ao plenário para votar e falei sobre esta audiência. Alguns Parlamentares até me disseram que vão passar por aqui. Perguntaram-me: *“Como a Polícia e o Ministério Público estão reunidos? Estão discutindo?”* Eu lhes disse: *“Sim. Este é o momento de ir lá. Vão lá e lhes digam que estão com eles. Vão lá e lhes digam que este é o momento”*. Não adianta dizer: *“Olha, estou momentaneamente indeciso, para ver se mudam as coisas”*. Não, nada vai mudar. Podem ter certeza de que os senhores vão estar do lado da razão, do lado da dignidade. Nós vamos lutar! Podemos até perder, mas perder com o que é digno e legítimo. Como disse hoje o guerreiro Paulo Penteado, nós não vamos baixar as armas, não. Nós vamos seguir os nossos princípios e a nossa fé.

Parabéns a todos vocês! Que Deus os abençoe muito! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Quero convidar os palestrantes da primeira Mesa e todos os demais a tomarem assento às mesas da frente.

Esta é uma audiência pública que deverá se encerrar numa perspectiva das nossas ações futuras.

Vamos passar a palavra aos palestrantes, para que façam suas considerações finais ou acrescentem algo, para então encerrarmos. Eu gostaria de ver a participação dos demais, na perspectiva do que vamos fazer e de como vamos fazer.

Temos muitas obviedades à nossa frente no cenário político, no cenário de construção de maioria que o Governo vai tentar criar, e nós temos o cenário de construir a maioria a nosso favor. Não temos como fugir desse diagnóstico. O que nos resta agora é agir, com uma diferença, na minha avaliação: se até agora nós



tínhamos o Governo, o Relator e o Presidente como alvos das nossas ações e conversas, agora muda um pouco isso, nós temos que de fato nos concentrar individualmente em cada Deputado. Este é um período em que o Governo está em uma situação confortável, não tem que tomar nenhuma decisão agora, a decisão já foi tomada, a Comissão já a tomou. Enfim, já conhecemos o texto, já conhecemos as perdas, já conhecemos os problemas.

Passo a palavra para o Dr. Paulo Penteado Teixeira Júnior, para as suas considerações.

O senhor dispõe de até 5 minutos.

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR - Muito obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga. Vou tentar ser objetivo e concluir o mais rápido possível.

São inúmeras as observações que poderíamos fazer, porque nos traz grande preocupação a aprovação desta PEC, seja na formatação originária, seja na forma proposta no relatório.

No tocante ao serviço público, há problemas em relação às regras de transição. A regra vigente considera 80% das contribuições para o cálculo do valor médio, e esse percentual vai passar para 100%, para quem ingressou entre 2003 e 2013, aumentando o período para o cálculo e diminuindo, portanto, o benefício, porque o cálculo levará em consideração contribuições antigas, lá de trás. Isso não está no contrato social assinado, ainda que ele seja implícito. Há problemas de reformatação do abono de permanência. Além disso, o fundo complementar de previdência do servidor público que ingressou após 2013 vai ser privado agora, não é?

Há problemas que remanescem, como a contribuição do inativo. Existe preocupação também com o valor a ser conferido à aposentadoria agora chamada por incapacidade, que vai ser norteador da pensão daquelas famílias nas quais um membro vier a faltar. Há ainda diminuição substancial do valor da pensão e proibição de acumulação de pensão com aposentadoria.

Eu gosto de falar sobre o exemplo de um amigo meu, o Gabriel, Vice-Presidente da nossa Associação, Procurador de Justiça aposentado. Ele contribui há 41 anos com a Previdência Social. A esposa dele contribui desde os 16 anos para a Previdência Social. Se um dos dois falecer, o outro vai ter que optar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Está havendo votação nominal. Trata-se de um destaque. Continue falando. Infelizmente, não há outro Deputado para assumir a Presidência, então, eu vou até lá votar e volto.

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR - O cônjuge sobrevivente vai ter que optar entre a pensão e a aposentadoria.

Eu peguei um exemplo aqui. Vou falar muito rapidamente de uma emenda apresentada por um Deputado do PDT. Grosso modo, no caso de um casal em que a esposa é aposentada pelo Regime Geral e ganha 5.535 reais, o teto do INSS, e o marido, servidor aposentado, tiver proventos na ordem de 15 mil reais, resultando numa renda familiar, portanto, de 20.500 reais — eu vou para os números finais —, se aprovada a PEC nesta formatação, a renda familiar de mais de 20 mil reais cairia para 7.200 reais, no caso de morte do servidor. Isso é confisco, porque a pensão não é produto de uma atividade benemérita do Estado, não é um favor concedido pelo Estado. Ambos pagaram contribuição previdenciária, e pagaram por muito tempo.

É importante dizer, como ressaltou o Deputado Major Olímpio, que no serviço público não há um teto contributivo de 608 reais e 44 centavos. Pagam-se entre 11% e 14% de contribuição sobre os vencimentos ou subsídios integrais, de maneira que a contribuição, se tomada a alíquota de 11%, é de mais de 3 mil reais, e não de 608 reais e 44 centavos. Para ser preciso, a contribuição é de 3.713 reais. Vejam, se o teto do Regime Próprio dos servidores públicos é de 33.763 reais, e o do Regime Geral, de 5.531 reais, o teto do Regime Próprio é 6,1 vezes maior do que o teto do Regime Geral. Da mesma forma, a contribuição do setor público, de 3.713 reais, é 6,1 vezes maior do que a contribuição do Regime Geral, de 608 reais e 44 centavos, o que demonstra absoluta linearidade entre essas grandezas.

É preciso também apontar os inúmeros problemas que esta PEC traz para a sociedade civil, como a exigência, na forma do relatório, da contribuição direta do trabalhador rural, em vez da contribuição pela produção. E a contribuição será individual, e não por entidade familiar. Haverá também redução abissal da necessária diferença de idade a menor para aposentação da mulher e aumento da idade mínima para se obter o Benefício de Prestação Continuada, a última barreira



de dignidade para o idoso hipossuficiente ou para o deficiente — ela passa, no caso do idoso, para 68 anos.

Serão exigidos 25 anos de contribuição para a aposentadoria. Se formos levar isso para a Regime Geral, como não existe quem tenha emprego contínuo por 25 anos, isso vai significar 40, 45 anos no mercado de trabalho para o sujeito alcançar o mínimo de 25 anos efetivos registrados em carteira a fim de poder se aposentar. O que significa isso? Essa situação pode levar a um grande êxodo para a economia informal: *“Eu vou pagar a Previdência para que, se eu não vou conseguir receber lá na frente? Eu vou sair do sistema, vou para a informalidade”*.

Eu gostaria de concluir lembrando algumas situações específicas, com base naquilo que o Coronel Miler tão bem nos trouxe. São vários os exemplos que nós temos na magistratura, no Ministério Público e nas polícias de colegas que foram assassinados no exercício da função ou em decorrência dele. Quem trabalha com segurança precisa ter segurança. Sem segurança não se presta segurança.

Senhores, se o servidor instituidor do benefício entrou no serviço público até a implementação do regime complementar de previdência, a pensão para a família dele é integral, tem como base o vencimento ou o subsídio, com duas observações já trazidas pela Emenda Constitucional nº 41. A pensão é integral, mas se aplica um redutor à parcela do subsídio ou vencimento que superar o teto do Regime Geral. Outra observação é que também se desconta a contribuição previdenciária.

Nessa nova formatação pretendida, vai haver a redução da base de cálculo, porque, se o servidor estiver em atividade, a base de cálculo não partirá mais dos seus proventos e vencimentos, e sim de um regime de média, se ele não tiver tempo para se aposentar, apesar de até hoje ele ter pagado pela integralidade e pela paridade. Depois de aplicar o regime de média, faz-se um desconto linear para todos, justificado à guisa de base familiar, aplicando-se depois um acréscimo de 10 pontos percentuais para cada filho ou para cada dependente. Isso significa que a pensão vai diminuir de forma abissal, e pagamos por ela até hoje, ou seja, não se trata de benevolência, mas de contrato.

Eu imagino, como disse o Tiago anteriormente, que muitos vão e nós vamos fazer o nosso trabalho, mas é muito difícil enfrentar o crime organizado ou o crime



atomizado que está nas ruas, sabendo que a sua família não terá nenhuma segurança na sua falta.

Gostaria de trazer o exemplo, Coronel Miler, de um soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Refiro-me ao soldado Lamas, um bravo policial militar que morreu com tiro de fuzil, numa emboscada havida num dos maiores assaltos a banco em nosso Estado. O Lamas era um soldado conhecido por ser o parteiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Quantas vidas ele não trouxe ao mundo na emergência das ruas? E foi morto no cumprimento do dever, assim como tantos policiais, tantos peritos criminais, que são policiais, tantos promotores, tantos juízes, que terão doravante não só a insegurança do colete, que não funciona, ou a insegurança da arma que dispara de forma errônea e não dispara quando é preciso, mas também a incerteza da segurança da sua família.

Por isso a CONAMP afirmou em suas notas, e minha Presidente me pediu que reafirmasse aqui, que não é direito tirar direitos. Lutemos pelos nossos direitos.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. ELIAS MILER DA SILVA - Depois das palavras do Dr. Paulo, vemos que vale a pena lutar e nos unir nessas oportunidades, porque isso aqui fica gravado na Internet, fica gravado na nossa alma e nos dá estímulo para continuar essa luta na defesa da sociedade e daquilo que é justo.

Isso que nós colocamos aqui — inclusive é matéria de pedido que fizemos à Dra. Norma sobre a tese do Dr. Sergio Mendes, que já foi chefe de gabinete no Supremo Tribunal Federal, é auditor no TCU e professor de Direito — é justamente na perspectiva do silêncio eloquente sobre as garantias de determinadas instituições e cargos que têm cláusula pétrea nesse sentido, já que a diminuição disso atenta contra a própria existência do Estado.

Um dos papéis do Ministério Público é garantir a ordem democrática, o regime democrático, como fiscal da lei. E as forças de segurança estão nessa mesma linha, porque são tratadas no título da Constituição que prevê justamente a defesa do Estado, a defesa da ordem democrática. É nesse aspecto que devemos estar mobilizados e atuar.

Eu estava observando a própria remissão ao Ministério Público, ao Judiciário, uma vez que o art. 93, inciso VI, manda aplicar aos juízes o art. 40. Quanto ao



Ministério Público, diz o art. 129, § 4º: *“Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93”*. É bom interpretarmos que não cabe mais esse ponto do art. 93, já que é no que couber. Para os juízes isso demonstra que essa aplicação do art. 40 afronta as próprias garantias do Judiciário. E o Ministério Público diz: *“Isso não nos cabe”*.

Até na nossa defesa no Judiciário, já que vamos ter que ir às barras da Justiça para defender nosso direito, uma vez que a previdência dos militares é uma garantia de existência, e para aqueles que contribuem isso é um direito e não um benefício, como era antigamente... Antes de ser contributivo era uma retribuição. Hoje, não. Se eu contribuo, eu estou fazendo uma poupança. E essa poupança, para minha inatividade, para a minha pensionista ou para o meu dependente, não pode ser saqueada, tirada. E, nesta audiência, nós consolidamos isso.

Eu agradeço ao Deputado Subtenente Gonzaga por esta oportunidade em nome da FENEME e me coloco à disposição para qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Coronel Miler. Obrigado, Dr. Paulo Penteado.

Passo a palavra para o Coronel Flammarion Ruiz.

O SR. FLAMMARION RUIZ - Senhores, é importante falarmos alguma coisa sobre a questão. Eu apenas quero ler um pequeno texto que dizem pertencer a Niccolo Machiavelli: *“Na hora do perigo, o homem ora a Deus e chama a polícia. Passado o problema, ele se esquece de Deus e difama a polícia”*.

A difamação da polícia nós estamos vendo hoje na mídia de maneira assustadora. Mas sempre que a sociedade tem problemas, a polícia está por lá.

Bem, minha fala anterior levou em consideração um fato, Paulo, que nós já discutimos, mas é importante que as pessoas tenham a noção do que se realiza em termos de orçamento e de quem é a culpa.

É possível projetar aquele gráfico de *pizza*?

(Segue-se exibição de imagem.)

Vejam: para juros e amortização da dívida, o Estado utilizou 42,43% do orçamento realizado em 2015 — nós estudamos isso com muito carinho. E para a Previdência que o Estado encampou como propriedade sua, o que eu entendo que é



antiético e imoral, dado o que ele faz com o dinheiro que serviria como poupança, utilizou 22,69%.

Sou obrigado a falar sobre isso, porque os juros impostos para a sociedade brasileira são os maiores do mundo. Só quero lembrar aos senhores que a imposição de juros nesse nível é um absurdo! Nós temos determinados cartões de crédito que cobram juros de 483% ao ano. Não existe sociedade no mundo que resista a esse tipo de usura, para dizer a verdade. A Lei da Usura é de 1933. Nós temos muito bem definido o conceito de usura.

Esse valor colocado dessa maneira, esse regime de juros que o Governo impõe, esse, sim, é responsável pelos 14 milhões de desempregados. Nós não conseguimos fazer a economia andar com tal nível de custo do dinheiro. Se as pessoas não conseguem alcançar isso, raciocinem como isso limita a produção do País.

Eu disse e vou repetir: 36,6% é o tamanho do imposto cobrado na economia. Imaginem o que se cobra das entidades produtivas para que invistam na criação de empregos. E o problema não é só esse. O problema é que depois essa questão vai bater na ação do policial e da Justiça lá na ponta da linha, nas ações promovidas contra todas as situações causadas por isso: a família desarticulada; a falta de atendimento social; a miséria; a violência na periferia, que nós que atuamos na área de polícia bem conhecemos.

Só vou pegar um gancho aqui: eu fui comandante da área da crackolândia em São Paulo por um bom período. Eu sei muito bem o que estou falando sobre o que se tem de desgraça, a partir do momento que o Estado não dá a devida atenção ao cidadão.

Eu vou terminar dizendo o seguinte: amanhã, quando esse estado de coisas for corrigido, porque nenhuma sociedade no mundo atual tem juros dessa ordem que há no Brasil, é verdade que talvez nós tenhamos alguma possibilidade de justiça estabelecida pela natureza boa do povo brasileiro. Infelizmente, é assim. Eu acredito demais nisso, porque trabalhei na atividade-fim por um longo período e posso garantir aos senhores que o povo brasileiro é por demais bom, senão isso teria virado uma revolução, dada a desgraça promovida por aqueles que faturam. Quem



fatura? Quem fatura é o dono do capital. Alguém tem alguma dúvida, quer discutir isso mais exaustivamente?

Nós fizemos cálculos relacionados com essa questão. Eu acho que não deveria haver outra visão que não essa. O Governo falou alguma palavra sobre o montante que deve para pagar 42% de juros? Não, não falou. Mas falou da Previdência. Ora, se a Previdência não está atendendo àquilo que se esperava, como garantir que vai atender diante da circunstância tão crítica que nós discutimos aqui.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Coronel Flammarion.

Passo a palavra para o Sr. Tiago Arruda Cardoso da Silva.

O SR. TIAGO ARRUDA CARDOSO DA SILVA - Eu queria pontuar algo que é recorrente no discurso da imprensa e do Governo, a afirmação de que vai retirar direitos do servidor público para igualá-los aos dos trabalhadores da iniciativa privada. Isso joga a população contra o serviço público.

Eu pergunto: qual é o teto remuneratório no serviço privado, na iniciativa privada? Qual é o limite que o empregado ou o trabalhador da iniciativa privada tem? Vemos que um Diretor da PETROBRAS ganha 200 mil reais por mês. O servidor público tem um teto remuneratório.

Eu estava conversando com um amigo meu esta semana, e ele me disse que ia trabalhar mais para melhorar a renda. Eu disse a ele que se eu trabalhar mais, eu não vou ganhar mais, porque o meu salário é pelo cargo. Então, o regime de trabalho do servidor público é diferente do regime do trabalhador da iniciativa privada. O servidor público tem um limite remuneratório constitucional. Ele não pode ganhar mais do que aquilo. Um executivo de uma multinacional que ganha 150 mil reais de remuneração contribui com o teto do RGPS, mas ele pode ganhar 150 mil reais. O servidor público não, ele tem um limite remuneratório constitucional.

Outro ponto é que ao servidor público é vedado exercer atividade empresarial. Por mais empreendedor que eu seja, por mais versátil que eu seja, eu não posso empreender. Eu não posso exercer atividade gerencial numa empresa. Isso é vedado para mim. Para o policial é ainda pior: o policial nem outra atividade com



vínculo, com carteira assinada, ele pode ter, porque ele tem que ter dedicação integral e exclusiva. Então, não dá para comparar.

Outra coisa: não poder acumular pensão com proventos é um absurdo! O cálculo que o colega fez deixou de levar em conta um fato importante. Essa renda de cinco mil e pouco mais dois mil e pouco, só vão ser recebidos se a pessoa estiver em atividade. No momento em que ela se aposentar, ela vai ter que fazer a opção entre a própria aposentadoria e a pensão que o marido deixou. Então, é algo extremamente agressivo essa impossibilidade de acumulação de provimentos e pensão. Só se poderá acumular até o valor de dois salários mínimos. Isso inviabiliza qualquer tipo de justiça social.

Finalmente, eu quero deixar registrado que o trabalhador da iniciativa privada, quando se aposenta, está garantido. Não há a mínima chance de ele perder a aposentadoria. O servidor público, não. Ele pode ter uma coisa chamada cassação de aposentadoria. E aí ele vai ficar a ver navios, sem amparo algum. Então, como esse discurso de igualar direitos entre o trabalhador da iniciativa privada e o servidor público ganha campo? A imprensa fica reforçando isso, mas isso não corresponde à realidade.

Em homenagem aos meus colegas todos da UPB, aos meus colegas todos da Polícia Rodoviária Federal, eu quero encerrar com a nossa frase: *“O crime não envelhece; o policial, sim. Não à PEC 287/2016!”*

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Dr. Tiago. Passo a palavra para o Sr. Elisandro Lotin, Presidente da ANASPRA.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Agradeço, novamente, pela audiência pública, pelo espaço concedido à ANASPRA para que possamos externar a realidade dos policiais e bombeiros militares do Brasil. Agradeço à Câmara e à Comissão de Segurança Pública pelo debate, que acho importante.

Esta é a Casa do debate. No último ano, sobretudo nos últimos dias, as portas desta Casa foram fechadas para os grandes debates que interessam à sociedade, mas devemos reagir a isso e dizer: *“Não, esta é a Casa do povo, é a*



Casa onde estão os eleitos para representar o povo, e não os representantes do Governo”.

A palavra “herói” foi falada algumas vezes aqui hoje. Eu tenho certa ojeriza quando se fala no “policial herói” e tenho dito isso em alguns lugares. Ao se vender para a sociedade a lógica de que somos todos heróis, está se dizendo que podemos morrer, que nossa atividade é um sacerdócio, que tudo o que fazemos e devemos fazer deve ser feito na base da vontade e do peito aberto pura e simplesmente. Quando se fala em herói neste País, fala-se dessa forma. Na prática, nós somos seres humanos. Quando um policial recebe um tiro e morre, a viúva fica lá, e nós temos um desgaste tremendo com relação a nossa profissão. Então, eu tenho procurado combater um pouco esse discurso de herói, porque, quando se fala isso, se quer justamente dizer: *“Vocês podem tudo, inclusive perder direitos, porque vocês são heróis. Se vocês são heróis, vocês podem tudo. Não precisam ter direito trabalhista, não precisam ter direito a jornada de trabalho, não precisam ter colete à prova de balas. Vocês são heróis!”* Há toda uma aura construída em torno do herói. Então eu tenho feito esse debate junto com a categoria para tentar desmistificar isso. Nós somos heróis, sim, na perspectiva de que temos uma profissão que é digna, mas não na conotação que o Estado brasileiro tem dado nos últimos anos, no sentido de que podemos tudo, inclusive perder direitos.

Deputado Subtenente Gonzaga, 93% da sociedade brasileira é contra a reforma da Previdência, segundo pesquisa do Datafolha — ou de outro instituto — que saiu recentemente e está na *Folha de S.Paulo*.

Vou citar matérias ou manchetes que eu li em jornais diversos: *Governo oferece benefício a devedor do Fisco para garantir apoio à reforma* — da Previdência; *Receita Federal deixa de recolher 25 bilhões em impostos na fusão do Itaú com o Unibanco*.

O Coronel Flammarion trouxe os números. Se formos aprofundar mais ainda, podemos colocar os 500 bilhões de impostos à Previdência que não foram arrecadados e podemos discutir a questão da dívida pública, da qual não se falou tão bem aqui. Por que não auditam a dívida pública? Isso está previsto na Constituição. Por que não taxam os grandes empresários deste País, as grandes fortunas? Isso também está previsto na Constituição. Por que não fazem uma



reforma tributária séria, decente e honesta neste País? Porque, infelizmente, quem manda no Brasil, desde a sua história, não é o povo trabalhador, não é a sociedade: é um grupo de pessoas, é o capital, ao qual muito bem se referiu o Coronel Flammarion.

Quando se trata de pagamento de juros, o Brasil só perde para o Líbano, para Gâmbia e para o Iêmen. Com a financeirização do Brasil, que consiste em vender o País, entregá-lo como está sendo feito agora para os especuladores mundiais, para os grandes empresários e para os banqueiros, à custa da vida dos trabalhadores, da segurança pública, da iniciativa privada, dos profissionais de todas as áreas, da educação, do Ministério Público, dos juízes, dos promotores, enfim, de todos nós, toda a sociedade brasileira vai pagar mais ainda do que já paga a 5% de pessoas que estão muito bem, obrigado, há mais de 500 anos neste País. É esta a realidade!

É por isso que a sociedade tem que se unir e combater, para que estes 93% de pessoas que são contra a reforma da Previdência venham para Brasília cobrar dos Parlamentares — os mesmos Parlamentares a que o Deputado Major Olimpio se referiu há pouco.

O Deputado Major Olimpio disse uma frase muito bacana: *“Todos os discursos, todas as falas, todos os números que foram colocados aqui e em outras audiências públicas nos são favoráveis”*. São reais, não são invencionices. A CONAMP, a ANFIP, todo mundo traz os dados e os números da forma correta, mas, infelizmente, esses Parlamentares não conseguem ver esta realidade. Por quê? Porque há uma corrupção moral no Congresso Nacional, e nós temos que combatê-la. Nosso papel como sociedade, cidadão e policial militar é, junto da sociedade, não entregar o Brasil a esse grupo de especuladores espalhados no mundo.

Vamos continuar lutando, sim, Deputado! Para isso, convocamos nossa categoria, junto com a sociedade, para fazer um grande debate por um Brasil decente, um Brasil justo, um Brasil honesto. É isso que todos nós queremos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Sr. Lotin, nosso Presidente da ANASPRA.

Passo a palavra ao Sr. Marcos de Almeida Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.



O SR. MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO - Deputado Subtenente Gonzaga, mais uma vez, agradeço a oportunidade.

Eu tentarei ser bastante breve. Aproveitando a fala do Deputado Major Olimpio, vemos que os argumentos transbordam. De fato, hoje vimos aqui um volume de argumentos lógicos. Nós nos pegamos até na situação de ter que provar o óbvio. Mas é nosso dever, e não vamos fugir da luta.

Esta proposta, como disseram, já foi bastante abordada. Como mostramos, ela não corrige nada, não reforma nada. Na verdade, ela deforma. Não há praticamente nada que se salve nesta proposta.

Sabemos de todo o impacto que ela traz para a sociedade. No entanto, trazendo o foco para a questão da segurança pública, esta proposta cria segmentos dentro da própria polícia, como a paridade, a integralidade; desconsidera outras categorias também importantes da segurança pública — neste caso, tenho que fazer referência a nossos irmãos peritos criminais dos Estados e aos de muitas instituições que hoje não fazem parte das forças policiais, que simplesmente foram esquecidas como carreiras de risco. Esta proposta envelhece a polícia, como o Tiago já bem demonstrou; promove um grande desrespeito às mulheres, parafraseando novamente o Tiago, que muito bem colocou que as mulheres policiais deixam de ser mulheres, diante da proposta que foi apresentada. Esta proposta praticamente retira o direito à aposentadoria, já que, na prática, impede as pessoas de se aposentarem. Ela estabelece um regime de pensão completamente esdrúxulo, sem segurança. Lembrando o que o Dr. Paulo Penteado disse, é um confisco, pois simplesmente se confisca o que você contribui, pois isso não vale nada.

Portanto, esta proposta pune o trabalhador, a sociedade, por motivos que, como foi bem colocado aqui, são bastante duvidosos.

Como membro da União dos Policiais do Brasil — UPB, tomo a liberdade de falar em nome desta instituição. A UPB congrega 29 ou até mais entidades de segurança pública. Isso nos dá força. Acho que o tema da audiência de hoje, apesar de, por um lado, ser difícil e nos entristecer, por outro, nos motiva a continuar lutando. E vamos continuar lutando até o fim. Não vamos esmorecer.

Deputado Gonzaga Patriota, V.Exa. é um Parlamentar que sempre nos apoiou e, por isso, tem nosso apoio, nosso respeito e nossa admiração, assim como



o Deputado Major Olimpio e tantos outros Parlamentares desta Casa. Mas nós não podemos deixar de dizer que as eleições estão próximas e que este é um momento em que precisamos ter muita calma e muita consciência, como todos sabem, na hora de votar.

Muitas vezes, as pessoas ficam indecisas em quem votar. Há muitos Parlamentares bons e, às vezes, seria até interessante votar em mais de um. Mas uma coisa nós saberemos: em quem não votar. Este é o recado que podemos passar. Depois de tudo isso, nós vamos saber muito bem em quem não votar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Marcos.

Vamos fazer um pacto. Vou conceder 2 minutos a cada um dos presentes.

Concedo a palavra ao Coronel Aboud, a quem quero agradecer a dedicação. O Aboud esteve com nossa equipe de gabinete. Obrigado, Aboud.

O SR. SÉRGIO ABOUD - Agradeço ao Sr. Deputado Subtenente Gonzaga, aos Deputados, a todas as entidades e aos senhores que compõem a Mesa.

Como foi dito, isso é triste e nos leva a perguntar: “*O que o Governo quer com isso?*” O que eu vejo é que estão acabando com as entidades sérias de segurança do País. Nós ficamos preocupados com isso, pois está ficando inviável. Ficamos até sem palavras quando vemos o que está acontecendo com o nosso País — aumento da criminalidade, corrupção deslavada —, e eles querendo acabar com as entidades sérias que combatem o crime, querendo fragilizar nossa Justiça e o Ministério Público. Querem acabar com tudo!

Ontem estivemos na posse do Dr. Robalinho, que falou bem claro que a questão salarial da entidade foi propositalmente esquecida pelo Governo.

O que eles querem com isso? Eu acho que querem acabar com as entidades sérias do nosso País e fortalecer a bandidagem. É isso que estamos vendo. A polícia vai envelhecer, e o crime vai continuar mais moderno, mais novo. É inviável e impraticável vermos a polícia envelhecer.

Um policial com mais de 50 anos de idade não tem como fazer o que faz um garoto novo. Na admissão, o policial entra novo e sadio, como foi mencionado, passando por um teste de avaliação física que o qualifica entre outros da sociedade. A sociedade tem vários níveis, mas nós pegamos os melhores. Mas este melhor



está novo, com idade entre 20 e 28 anos. Depois dos meus 50 anos, eu já não dou mais conta de fazer o que fazia antes. É difícil!

O que o Governo está querendo com isso? Nós temos que tomar muito cuidado.

Acho importante a união de todos e acho que não deve prosperar esta reforma da Previdência. O que estamos vendo é acabarem com o nosso País, e isso é triste.

Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade.

Obrigado a todos os senhores, brilhantes em suas explicações.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Aboud.

Passo a palavra à Dra. Norma Cavalcanti. Quero registrar a importância da senhora e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP. Todos nós utilizamos os dados da CONAMP para fazer o enfrentamento técnico da discussão da reforma da Previdência. É mais do que reconhecido o trabalho da CONAMP, o que a senhora faz com maestria. Tanto é verdade isso, que está sendo eleita todos os anos.

A SRA. NORMA CAVALCANTI - Boa noite a todos! A minha palavra hoje é de agradecimento. Agradeço a esta Comissão, na pessoa do Deputado Subtenente Gonzaga, e agradeço ao colega Paulo Penteado, nomeado assessor da CONAMP para este tema. Ele é um profissional brilhante e estudioso da matéria.

Nós fomos a entidade que primeiro apresentou uma nota técnica — na verdade, foi mais do que uma nota técnica. Assim que a Comissão foi formada, nós a apresentamos aos Deputados.

Eu quero dizer que continuamos pedindo a rejeição desta PEC. Estamos trabalhando para isso.

Eu só tenho convocado praticamente reuniões extraordinárias. A partir da próxima semana, meu colegiado volta a se reunir, como ocorreu na semana passada. Vou colocar todo o meu povo dentro deste Congresso para contactar todos os Parlamentares, mesmo os que estão contrários, para provar que o déficit da Previdência é realmente uma falácia do Governo.



Hoje editamos uma nota pública — está no *site* da CONAMP —, contestando estes dados errados do Governo, que são transmitidos até nas próprias reuniões sobre a reforma da Previdência.

Não aceitamos nenhum tipo de acordo. Fomos contactados algumas vezes. Não conhecíamos realmente o texto. Eu faço parte do FONACATE, coordeno a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público. Tanto a Magistratura como o Ministério Público estão contra esta PEC. Todos estaremos trabalhando dentro do Congresso Nacional. A CONAMP estará desempenhando um papel ativo, entregando material a todos os Parlamentares — como V. Exa. dizia — para realmente dizer não a esta reforma.

A importância da CONAMP neste processo é que não estamos defendendo só os colegas da nossa instituição, mas todos os servidores públicos.

Esta PEC desrespeita nossas garantias, desrespeita a irredutibilidade de vencimentos. Muitas vezes, em alguns Estados, estamos recolhendo até 14% para a Previdência, e não estão sendo respeitados nossos direitos e garantias.

Nossas viúvas sofrem. A nossa atividade está sendo considerada como de risco, mas isso também não é levado em conta. Trata-se de uma forma de atacar o Ministério Público também pelo bolso e na velhice, quando mais precisamos de amparo para nossos familiares e para nós mesmos.

A CONAMP vai se manter firme, pedindo a todos os Parlamentares que recusem a proposta. É um direito nosso pedir isso, porque estamos provando desde o primeiro momento que retirar direitos não é a saída. O servidor público tem contribuído para o progresso deste País e não pode ser o causador do prejuízo. A Previdência não vai tirar o País da crise. A crise do País é ética e política. Não será resolvida com a reforma da Previdência.

Eu me sinto satisfeita, entretanto. O Paulo fala por mim. Ele está visitando praticamente todos os Estados do Brasil, falando em nome da CONAMP. Ele realmente entende do assunto. Por vezes, o Paulo faz perguntas, mas nem o Relator sabe dar informações — refiro-me ao que apresentamos.

Portanto, nossa posição é “não” à reforma da Previdência.

Contem conosco e com o Paulo, para continuarmos com este trabalho em defesa do funcionalismo público, do Ministério Público e da Magistratura.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Dra. Norma.

Passo a palavra ao Coronel Lemos. Faço um agradecimento público a ele, pois tivemos uma grande dificuldade no embate interno com as Forças Armadas, por conta de uma questão conceitual.

A nota técnica produzida pelo Corpo de Bombeiros, pela Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros — LIGABOM e pelo Coronel Lemos, que aqui representa a Assessoria do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul, foi fundamental para nos dar sustentação.

Quero, portanto, deixar meu agradecimento ao major Mário e à equipe, que percorreu um monte de gabinetes e colheu assinaturas.

Aproveito para fazer um registro. Eu tive 100% de aproveitamento das minhas emendas. Foram apenas três emendas, mas tive 100% de aproveitamento. Uma foi acatada de modo integral; as duas outras, de modo parcial. Mas já está bom. (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE LEMOS - Boa noite a todos.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Subtenente Gonzaga a iniciativa do requerimento para a realização desta audiência pública, a participação dos demais Parlamentares aqui presentes e a todos os palestrantes que, de forma muito brilhante e altamente técnica, esclareceram o assunto e deixaram para os Anais da Casa, como bem disse o Coronel Elias Miler, a verdadeira história da atual situação da reforma da Previdência.

A grande lição que eu tiro desta audiência, se eu posso resumir em uma palavra, é “união”.

Quando foi apresentado o texto, é lógico, cada categoria trabalhou dentro de suas bases para tentar, de alguma forma, defender-se. Passado este momento, porém, chegamos a esta audiência, na qual vemos a união de todas as categorias. Mesmo os servidores militares estaduais, que momentaneamente estão ausentes, estão cientes de que este texto não reflete os interesses da sociedade brasileira.

Nós comungamos da ideia aqui defendida e repudiamos o atual texto. Nós nos juntamos a todas as outras categorias que não conseguiram, de alguma forma,



esclarecer esta situação pontual. Assim, trabalharemos, no que for possível, dentro das nossas possibilidades, contra a reforma, contra o texto atual aprovado na Comissão Especial.

Não à reforma!

Trabalharemos juntos. Contem conosco!

Boa noite a todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado, Coronel Lemos.

Passamos a palavra ao Coronel João Carlos Pelissari, representante da AMEBRASIL. Ele abriu mão de falar durante a audiência, mas agora terá 2 minutos. Aliás, não sei se ele abriu mão ou foi cortado.

O SR. JOÃO CARLOS PELISSARI - Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Alguém o cortou. Não fui eu. *(Risos.)*

O SR. JOÃO CARLOS PELISSARI - Primeiramente, muito obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga, pela oportunidade de nos manifestarmos aqui e discutirmos este tema tão sensível não só às carreiras policiais do Estado, mas também, como percebemos, às demais carreiras de Estado e à sociedade.

Como disse um dos palestrantes, cujo nome não consigo lembrar, é importante frisar que não estamos brigando por nenhum privilégio de corporação, mas em defesa da sociedade contra um projeto que visa, antes de tudo, a beneficiar os banqueiros.

Acho que não temos mais que pagar esta conta. Não estamos mais no momento histórico em que isso podia ser feito na calada da noite, em que ninguém ficava sabendo. Hoje temos a informação e temos como disseminá-la.

Entendemos que a Previdência tem que ser equitativa, tem que levar sempre em conta a equidade, porque não podemos tratar de igual maneira pessoas que vivem realidades totalmente diferentes. Meu pai é ferramenteiro e minha mãe, costureira. Minha mãe, quando nova, ficou incapacitada em razão do tempo em que passava sentada costurando, depois de duas décadas no ofício de costureira. Cada um com seus problemas! Cada um com seus infernos!



Nós não podemos querer tratar um cortador de cana como se trata um jornalista, que fica na frente de um computador só mexendo com a ponta dos dedos; ou um trabalhador de caldeiraria mecânica e metalurgia pesada, que fica com uma roupa de amianto na boca de um forno siderúrgico; ou como um banqueiro, que só tem que assinar uma ou outra ordem para que uma extensa quantidade de equipes faça o trabalho para ele. Não podemos querer isso!

Se for preciso uma emenda, que seja para não mexer na Previdência de ninguém, para rejeitar, pelo bem da nossa sociedade e pelo bem do nosso Brasil. Lá atrás, nós juramos defender a sociedade e, por último, a nossa Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Eu quero dizer que estou feliz por várias razões e triste por tantas outras. Uma coisa que me deixa feliz ao fim desta audiência é perceber que ninguém aqui se prendeu a questões pessoais ou corporativas. Todo mundo demonstrou uma preocupação com a realidade macro.

Eu não vou ceder à tentação de fazer um apanhado da fala de ninguém. Para mim e talvez para vários outros aqui que, como eu, já têm quatro irmãos pendurados no FUNRURAL... Minha mãe recebe a pensão do meu pai pelo FUNRURAL. Por esta tese, estaria proibida de recebê-la. Tenho outros três irmãos professores: nós somos 12 irmãos. Há profissões para todos os gostos.

Realmente, ainda que tenhamos trabalhado na perspectiva de apontar e identificar os problemas em relação àquilo que atinge os militares, não dá para ficarmos fechados a esta realidade.

Tenho visto a angústia dos funcionários aqui da Câmara, de colegas do partido, de várias outras Comissões, e funções com o corte por idade. Trata-se de algo realmente desesperador para muita gente.

Que bom, como dirigentes ou representantes de classes, que não tenhamos nos fechado a esta visão umbilical. Isso nos deixa extremamente satisfeitos. Não temos alternativa aqui para a síntese que o Lemos fez da União.

Temos um tempo curto, não temos domínio sobre a agenda do Plenário. Todos nós sabemos que se trata de uma agenda do Governo. Também sabemos



que, neste momento, o Governo não tem a maioria, mas que vai tentar construí-la. Todo mundo tem que vir para Brasília, mas não existe condição para isso.

Sabemos que os Deputados voltam para os Estados e que os Estados têm endereço. Eu não estou pregando nenhuma ação de constrangimento, principalmente quando me refiro à família. Longe de mim pregar esse tipo de ação! Mas, obviamente, precisamos atuar nas bases com os Deputados. Agora não é mais uma questão de estarmos fixados no Relator, no Presidente, em qual emenda vamos apresentar, em que destaque vamos fazer, em falar como o Marcelo Caetano.

A hora agora é dos Deputados, e é com eles que nós temos que fazer esse enfrentamento — é literalmente um enfrentamento.

A questão não é só não voltar na próxima eleição, até porque a lógica da eleição não é essa. A lógica é outra, é histórica. Então, talvez isso não resolva. É hora de mostrar realmente o mal que essa reforma da Previdência vai fazer. Isso vai além da questão eleitoral. Todas as nossas entidades e todas as representações terão que vir aqui, de fato, mas também terão que trabalhar nos Estados.

No primeiro dia, quando o texto veio para cá, no dia 6 de dezembro, nós militares reagimos e, no mesmo dia, o Temer recuou e alterou o texto, mas ainda deixou algumas pegadinhas, que nos exigiram três emendas: uma do Deputado Major Olímpio e duas minhas — uma delas coincidia com a do Deputado Major Olímpio. Naquele momento, nós nos reunimos em um destes plenários, e os policiais, principalmente, nos cobraram: *“Agora, o que vocês vão fazer? Vocês já estão salvos”*.

Na verdade, esse é um salvamento que não salva, porque nós sabemos que temos que fazer o enfrentamento nos Estados. Essa é a regra atual. Hoje nós enfrentamos a discussão previdenciária nos Estados. Não temos regra no art. 40. O que nós reivindicamos é que isso fosse mantido, e conseguimos, muito embora tivéssemos que enfrentar as Forças Armadas.

Então, eles me perguntaram: *“Vocês já conseguiram. Vão nos abandonar?”* Desde o primeiro momento, eu falei com alguns colegas, com lideranças dos policiais civis, em especial. *“Gonzaga, você vai estar conosco ou vai nos*



abandonar?”, perguntaram. Nós temos agendas divergentes em alguns campo. Eu disse: *“Eu estou com vocês, não por amor, mas por instinto de sobrevivência”*.

Qualquer um de nós que achar que vai se salvar sozinho está fadado ao fracasso. Não é uma questão de gostar ou não; é uma questão de instinto de sobrevivência mesmo. Nós temos que nos unir.

Concedo um aparte de 10 segundos, Lotin.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Quero só dizer, Deputado, que nós estamos nas bases e ouvimos os praças do Brasil. De modo geral, discursos que estão sendo divulgados aqui no Congresso Nacional por alguns Deputados passam a impressão de que a questão está resolvida, quando, na verdade, não está resolvida.

Nós teremos problemas nos Estados. Em Santa Catarina, já pagamos à previdência contribuição de 14%. Em Roraima, há um projeto do Governador que vai destruir a previdência dos militares estaduais. Outros Estados já estão fazendo o mesmo.

Então, precisamos nos conscientizar e dizer aos praças do Brasil — inclusive, aproveito que a reunião está sendo gravada — que não afrouxem o garrão, como se diz. Todos têm que continuar lutando, sim, porque vai vir encrenca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Subtenente Gonzaga) - Bem lembrado! Essa é a realidade. Nós não estamos fora da reforma da Previdência; estamos fora desse texto da PEC 287. Preservamos o que tínhamos na Constituição anterior.

Antes de encerrar os trabalhos, quero pedir desculpas mais uma vez, pois hoje havia a previsão de funcionamento normal da Comissão, com sessão deliberativa. Por conta da Ordem do Dia, não houve a sessão deliberativa, mas havia a previsão. Por isso, foi marcada audiência pública para às 16 horas. Eu estava noutra audiência pública, que começou às 14 horas, com os atrasos de sempre. Estamos aqui até agora, mas acredito que seja por uma boa causa. Militante é assim: fica até de madrugada.

Eu quero agradecer aos integrantes da Comissão de Segurança Pública que estão aqui, firmes, nos ajudando. Espero que consigamos os resultados que atendam a todos. Quero agradecer ao Presidente da Comissão, o Deputado Capitão Augusto, porque o requerimento é meu, mas a agenda é do Presidente, que marcou



esta audiência. Acho que foi uma feliz coincidência, porque já estamos em outro momento, com a possibilidade de leitura do relatório.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Antes, porém, convoco reunião ordinária para a próxima terça-feira, dia 16 de maio, às 16h30min, no Plenário 6, para, em audiência pública — o Requerimento nº 191, de 2017, também é de minha autoria —, debater sobre os efeitos para a segurança pública caso a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016, seja aprovada, uma vez que, dentre outros comandos, retira recursos do FUNPEN e amplia a possibilidade de utilização de servidores aposentados na Força Nacional, inclusive em tarefas administrativas. Então, fica convocada a próxima reunião.

Eu quero fazer um apelo no sentido de que, independentemente da relação de convidados para essa audiência, possamos nos debruçar sobre a MP 755. Aqui não faltam MPs com as quais temos que nos preocupar, mas a MP 755, na minha avaliação — por isso, fizemos o requerimento — tem consequências graves.

Essa MP retirou recursos do FUNPEN e os passou para a segurança pública. É algo aparentemente bonito, mas amplia a Força Nacional e cria uma situação de convocação de ex-militares, que neste momento estão lá, com 2 meses de treinamento, sem ocupação, ganhando diárias, sem direito a porte de arma. Não se sabe o porquê, mas estão lá parados.

Aliás, eu soube que o relatório da Comissão Especial sobre a medida provisória, que deve ir a votação amanhã — não o vi ainda —, abriu mão desses ex-militares, porque chegou à conclusão de que não havia jeito, mas está admitindo a R2. Enfim, continua sendo um sério problema.

Fica convocada a próxima reunião de audiência pública.

Mais uma vez, agradeço a todos.

Declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)